

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

As políticas educativas no município de Lisboa (1908-1910)

João Alexandre Fonseca Lapa Fortes Rocha - Aluno n.º 31194

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora: Doutora Ana Maria Pina, Professora Auxiliar

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2021



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas educativas no município de Lisboa (1908-1910)

João Alexandre Fonseca Lapa Fortes Rocha

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora: Doutora Ana Maria Pina, Professora Auxiliar

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2021

Os republicanos defendiam que todas as crianças, pobres ou ricas, deveriam frequentar a escola (RELVAS, EUNICE)¹

¹LISBOA, Câmara Municipal de (2010), *Lisboa Republicana Espaço e Memórias: 1910-1926*, Lisboa, Direcção Municipal de Cultura: Gabinete de Estudos Olisiponenses, p. 74.

Agradecimentos

À Professora Ana Maria Pina, por aceitar orientar-me nesta Tese, pelos seus contributos e disponibilidade inexcedível.

À Professora Maria João Vaz, por todo o apoio, nos processos administrativos e burocráticos.

À Professora Fátima Sá, pela perseverança e incentivo que sempre me transmitiu para a conclusão do Mestrado.

À Dra. Carla Ferreira pela amizade e apoio em todos os momentos.

À Casa-Museu João de Deus, na pessoa da Dr.^a Elsa Rodrigues.

Ao Gabinete de Estudos Orlisiponenses, na pessoa da Dr.^a Judite Reis.

Ao Arquivo Municipal de Lisboa, na pessoa da Dr.^a Eunice Relvas.

A todos os entrevistados, pela amabilidade dispensada.

Aos serviços administrativos do ISCTE-IUL, pela celeridade e diligência no esclarecimento a todas as questões que coloquei.

À Laura Martinez Andero, pela inspiração

Aos meus Pais, pelo exemplo de vida.

Resumo

Compreender até que ponto a falta de autonomia legislativa foi superada com a força política dos eleitos para a Câmara Municipal de Lisboa (CML), proporciona-nos uma visão sobre a mudança de paradigma que o país passou a ter em relação ao papel dos seus representantes locais.

O 1.º Congresso Municipalista da história de Portugal, organizado em 1909, foi uma “pedrada no charco” na articulação do movimento autárquico nacional.

Esta dissertação pretende aferir de que forma as áreas da educação e instrução foram uma prioridade na CML, entre 1908 e 1910, e de que modo o impacto das decisões municipais lisboetas desgastou politicamente a monarquia constitucional em Portugal.

Palavras-Chave: Educação, Escola, Instrução, Lisboa, República

Abstract

Understanding to what extent the lack of legislative autonomy has been overcome with the political strength of those elected to the Lisbon City Council (CML), offers us an insight of the paradigm shift that the country began to have relatively to the role of their local representatives.

The 1st Municipalist Congress in the history of Portugal, organized in 1909, made waves, and impacted the articulation of the national autarchic movement.

This dissertation intends to assess how the area of education and instruction was a priority at CML between 1908 and 1910, and how the impact of Lisbon's municipal decisions politically eroded the constitutional monarchy in Portugal.

Keywords: Lisbon, School, Education, Instruction, Republic.

Índice

INTRODUÇÃO	12
JUSTIFICAÇÃO	13
ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	13
NOTA PESSOAL - MOTIVAÇÃO DE NATUREZA PARTICULAR.....	14
ESTADO DA ARTE.....	15
1. A CRIAÇÃO DO PELOURO DE INSTRUÇÃO NA CML EM 1873 – ACONTECIMENTOS E PRÁTICAS ATÉ 1908	17
1.1 - OS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO NA ORGÂNICA DA CML.....	17
1.1.1 - <i>O papel de José Elias Garcia</i>	21
1.2 - QUADRO LEGISLATIVO NACIONAL.....	22
1.3 - BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA: A SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE INSTRUÇÃO NA CIDADE’	23
1.3.1 - <i>O primeiro Museu da cidade de Lisboa</i>	25
1.4- A IMPORTÂNCIA SIMBÓLICA DA FESTA DA ÁRVORE.....	25
1.4.1 - <i>Criação de elementos simbólicos em torno da “Festa da Árvore”</i>	27
1.4.2 - <i>Sucesso e durabilidade da “Festa da Árvore”</i>	27
1.5 - OS PRIMEIROS “BANHOS DE MAR” PARA AS CRIANÇAS DE LISBOA.....	29
1.6 - CARTILHA MATERNAL PELO “MÉTODO JOÃO DE DEUS”.....	31
1.6.2 - <i>O percurso de vida de João de Deus</i>	38
2. ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1 DE NOVEMBRO DE 1908	41
2.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA.....	41
2.2 - RESULTADOS ELEITORAIS	44
3. OS CONGRESSOS DE ABRIL DE 1909	47
3.1 - O 2.º CONGRESSO PEDAGÓGICO	47
3.1.1 - <i>O momento simbólico da receção aos congressistas na CML</i>	48
3.1.2 - <i>Conclusões do 2.º Congresso Pedagógico da LNI</i>	50
3.2 - O 1º CONGRESSO MUNICIPALISTA PORTUGUÊS.....	52
3.2.1 - <i>A sessão de Encerramento do 1º Congresso Municipalista</i>	54
4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE ÀS ATAS DAS REUNIÕES DE VERAÇÃO DA CML ENTRE 30 DE NOVEMBRO DE 1908 A 5 DE OUTUBRO DE 1910	57
4.1 ANÁLISE DIACRÓNICA	59
4.1.1 <i>Cantinas Escolares</i>	59
4.1.2 – <i>Jardins de Infância/Apoio a Escolas de Jardinagem</i>	63
4.1.3 – <i>Relação com instituições da cidade e Festa da Árvore</i>	65
4.1.4 – <i>Infraestruturas</i>	67
4.1.5 - <i>Apoio a associações fora do concelho de Lisboa</i>	69
5. REFLEXÕES FINAIS	70
6. LOCAIS DE INVESTIGAÇÃO	72
7. ENTREVISTAS	73
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
8.1 - FONTES PRIMÁRIAS	79
9. WEBGRAFIA	80
10. ANEXOS	XCV

Índice de Figuras

1. Fonte: CAMPOS, Nuno (1999), «A Câmara Municipal de Lisboa e a descentralização: a criação do Pelouro da Instrução e a política educativa para a infância», Cadernos do Arquivo Municipal n.º 3, p.172.....	19
2. José Elias Garcia em ação, enquanto vereador da CML	22
3. 1910, O culto da árvore, alunos das escolas plantam árvores no antigo Largo Matadouro, Joshua Benoliel, Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico. [cota: A8894] 1910, O culto da árvore, alunos das escolas plantam árvores no antigo Largo Matadouro	28
4. Crianças a banhos na Trafaria. Ilustração Portuguesa, n.º 186, 13 de setembro de 1909.	30
5. Crianças a bordo do vapor com destino à Trafaria.	30
6. João de Deus Ramos de Nogueira Ramos.....	39
7. Sátira à vitória republicana na CML em 1908, publicada no semanário os ridículos de 3 de outubro de 1908	46
8. Comício republicano na Avenida D. Amélia para apresentar ao Governo a urgência da marcação de eleições municipais em Lisboa / 26-07-1908 / AML/AF – JBN000434.....	47
9. Capa do Jornal Occidente de 30 de abril de 1909	51
10. Página 10 da Ilustração Portuguesa,19 de abril de 1909.....	52
11. Panorama dos Paços do Concelho de Lisboa na sessão de encerramento do 1.º congresso municipalista português.....	56
12. Postal alusivo à coleção “Anselmo Braamcamp Freire”, adquirido na Loja Municipal de Lisboa.	58
13. 1ª Vereação Republicana de Lisboa	59

Glossário de Siglas

CDR - Centro Republicano Democrático

CML - Câmara Municipal de Lisboa

LNI - Liga Nacional de *Instrução*

PRP - Partido Republicano Português

PS - Partido Socialista

INTRODUÇÃO

A história contemporânea da educação em Portugal tem sido objeto de inúmeros estudos à escala nacional e local. As relações entre os poderes centrais e os municípios na vertente educativa são objeto de estudo frequente, tal como toda a evolução da “instituição escola” no século XIX e primórdios do século XX.

“A transição entre o século XIX e o século XX foi um período de importantes transformações no terreno educativo, correspondentes, em traços gerais, à afirmação do modelo ou forma escolar de educação. Ao nível do ensino primário, foi neste período que surgiram as chamadas ‘escolas centrais’, versão portuguesa das escolas graduadas, detentoras de uma organização pedagógica bem mais complexa que a das ‘escolas paroquiais’, assentes na especialização do trabalho docente e na divisão dos alunos por grupos correspondentes a idades e níveis de desenvolvimento relativamente homogéneos e implicando transformações ao nível da organização do tempo, do espaço, do currículo e do trabalho docente, entre outras dimensões.”²

As obras centrais de investigação sobre a vida do município de Lisboa, no período cronológico correspondente à baliza temporal desta dissertação, são ecléticas e abrangem diversos setores da cidade. Não obstante a existência de capítulos e análises sobre o setor da educação nos trabalhos acima referidos, identificámos a possibilidade de contribuir com um trabalho que envolva diferentes ângulos e perspetivas sobre as políticas camarárias lisboetas na área da educação e instrução, nomeadamente através da análise às fontes diretas, que nos proporcionou um maior conhecimento das diversas motivações “práticas” do executivo municipal republicano para anuir aos pedidos dos mais variados tipos de organizações.

² PINTASSILGO, Joaquim (2010), *A República e a Educação – Dos Projectos Às Realizações*, Lisboa, Instituto de Educação de Lisboa.

Justificação

Acreditamos que dissertar sobre o tema das políticas educativas no município de Lisboa é justificada pelos seguintes motivos:

1. A necessidade historiográfica de estudar o modo como as políticas de educação catapultaram o executivo republicano da CML, entre 1908 e 1910, para uma liderança municipalista em Portugal, promovendo diversos agentes políticos a lugares de destaque no panorama político da 1ª República Portuguesa.

2. Realizar uma abordagem transversal à importância da educação nos congressos nacionais impulsionados e apoiados pela CML durante o período cronológico da dissertação.

3. Contribuir para o enriquecimento historiográfico lisiponense e para um estudo mais detalhado sobre o primeiro executivo inteiramente republicano da capital portuguesa.

Organização da Dissertação

A dissertação começa por explorar as políticas educativas que antecederam a eleição da 1.ª Vereação Republicana em Lisboa, ao abordar a orgânica municipal de Lisboa no século XIX, tal como os acontecimentos mais relevantes que marcaram a relação entre a autarquia e o setor da instrução na cidade.

No 2.º capítulo são analisados os acontecimentos e as políticas que contribuíram para a vitória do Partido Republicano Português (PRP) nas eleições municipais de 1908, em que se comprova o relevo dos instrumentos simbólicos republicanos no percurso que começou nos anos 70 do século XIX.

Os congressos que decorreram em abril de 1909 na capital portuguesa, símbolos-maior da retórica republicana como oposição à monarquia, são descritos de forma a entender o modo como a CML teve na instrução e educação uma bandeira política de relevo para expandir o seu ideário para todo o país.

É na parte final da dissertação que o recurso às fontes coevas é mais intenso, com a investigação a incidir nas deliberações tomadas pelo executivo camarário lisboeta nas áreas da educação e instrução. Sem descurar a importância vital que a consulta aos estudos historiográficos tem para qualquer trabalho, cremos que é no contacto direto com as fontes primárias que eclode o maior contributo para alargar o leque de

visões historiográficas sobre um determinado tema, no espaço temporal definido pelo investigador.

Nota pessoal - Motivação de natureza particular

O interesse pelo percurso da 1.^a Vereação Republicana de Lisboa, não o posso negar, começou por uma circunstância de cariz familiar, pois descendo diretamente do vereador Agostinho José Fortes (1869-1940), membro desta vereação. A curiosidade que esta figura me suscitou guiou-me para diversas investigações historiográficas, que originaram o trilhar de um caminho até ao objeto e objetivo de estudo da presente dissertação e a refletir sobre o modo como um executivo municipal, através da sua ação política na área da educação, teve (ou não) a capacidade de influir nos acontecimentos políticos e sociais da cidade e do país.

Estado da Arte

O centenário da implantação da República em Portugal, assinalado em 2010, foi gerador de vários trabalhos historiográficos que abriram o leque a novas perspetivas sobre os últimos anos da Monarquia Constitucional, a transição de regime e as políticas republicanas no período da 1.ª República (1910-1926).

É neste contexto que a história local e municipal ficou valorizada, em particular no concelho de Lisboa. A CML definiu, através da sua Direção Municipal de Cultura, a constituição de um Grupo de Trabalho para as Comemorações Municipais do Centenário da República, que organizou várias exposições e publicou em outubro de 2009 a obra *À Urna pela lista republicana de Lisboa! Centenário da Vereação Republicana em Lisboa*. Este livro, que teve a coordenação geral de Francisco Motta Veiga³, é um estudo essencial para qualquer investigador analisar as políticas implementadas pelo executivo eleito em novembro de 1908, na capital portuguesa. A análise ao trabalho dos vereadores, os resultados eleitorais e a explicação da simbologia republicana no universo municipal são fatores que tornam esta obra um guia para quem deseja trabalhar temas de maior especificidade e detalhe sobre a 1.ª Vereação Republicana. Na antecâmara das mediáticas comemorações do centenário da implantação da República em 2010, o trabalho desenvolvido pela CML, um ano antes, deu um forte contributo para o enriquecimento da história municipal na cidade de Lisboa, com o lançamento de algumas obras.

Dos estudos alusivos à Lisboa do começo do século XX, torna-se incontornável referir os trabalhos realizados por Eunice Relvas: *Eleições Municipais em Lisboa na Primeira República (1910-1926)*⁴, e o artigo “A Acção Cultural da Câmara Municipal de Lisboa na Primeira República”⁵, para apreender a forma como os setores da instrução/educação se correlacionavam com a área cultural.

Um número da *Ler História*, que tem como título “Repúblicas - Culturas e Práticas”⁶, publica diversos estudos de História comparada entre os diversos movimentos republicanos espalhados pelo mundo, e a forte influência do liberalismo

³ LISBOA, Câmara Municipal de (2009), *À Urna pela lista republicana de Lisboa! Centenário da vereação republicana em Lisboa*, Lisboa.

⁴ Tese de doutoramento em História Contemporânea de RELVAS, Eunice Marisa Martins (julho, 2014), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

⁵ Artigo publicado nos *Cadernos Municipais de Lisboa*, n.º 10, Lisboa.

⁶ Edição n.º 59, publicada em 2010, Lisboa.

francês nos projetos e políticas dos republicanos portugueses com repercussão no setor da Educação.

Já no que respeita a obras da história lisiponense de índole geral, que me conduziram a uma perspetiva mais abrangente sobre a riqueza historiográfica de Lisboa neste espaço cronológico, há a destacar *Lisboa Revolucionária (1908-1975)*⁷, de Fernando Rosas, e *Belle Époque: A Lisboa de finais do séc. XIX e início do séc. XX*⁸, de Paula Gomes Magalhães. Estas as obras conferem uma perceção da vida quotidiana da cidade, e são estudos úteis para o desenho de um retrato social fidedigno de Lisboa na vertente científica e literária, respetivamente.

Para a compreensão do estado político e social de Portugal nos anos antecedentes a 1910, é essencial a leitura da obra *A Primeira República – Na fronteira do liberalismo e da democracia*⁹, de Miriam Halpern Pereira.

No que concerne ao alcance das fontes diretas, muita da imprensa escrita da época encontra-se digitalizada e disponível no portal da Hemeroteca Digital de Lisboa, tal como as atas das sessões da CML, desde novembro de 1908 até à última sessão do ano de 1910¹⁰, documentos de carácter fulcral para aferir as das deliberações camarárias que incidiram na área da educação e instrução.

Para o estudo da história da educação lisboeta e das práticas e eventos do fim do século XIX e começo do século XX, a consulta dos trabalhos de Joaquim Pintassilgo e Carlos Manique da Silva revelou documentos centrais para a compreensão dos desenvolvimentos de cariz pedagógico existentes em Lisboa.

É indissociável para uma compreensão global da evolução do panorama educativo português no século XIX ler as obras de Áurea Adão e Maria das Neves Gonçalves, *Instrução Pública no Portugal de Oitocentos, Da Administração Centralizada a Gestão Periférica*, e de Áurea Adão, *O Ensino Primário no Portugal de Oitocentos (1820-1880): Génese e Estruturação Político-Administrativa*.

⁷ ROSAS, Fernando (2010), *A Lisboa Revolucionária (1908-1910)*, Lisboa, Tinta da China.

⁸ MAGALHÃES, Paula Gomes (2014), *Belle Époque: A Lisboa de finais do século XIX e início do séc. XX*, Lisboa, Esfera dos Livros.

⁹ PEREIRA, Miriam Halpern (2016), *A Primeira República – Na fronteira do liberalismo e da democracia*, Lisboa, Gradiva.

¹⁰ www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt, webgrafia; Portal com as atas das reuniões de executivo da CML e da imprensa escrita da época, em excelente estado de leitura.

1. A CRIAÇÃO DO PELOURO DE INSTRUÇÃO NA CML EM 1873 – ACONTECIMENTOS E PRÁTICAS ATÉ 1908

Tal como referido na introdução, o principal intuito deste capítulo é fazer um preâmbulo que nos facilite a compreensão acerca da criação e respetiva implementação orgânica que o pelouro da instrução teve na CML desde a segunda metade do século XIX até às eleições de 1908.

Nesse sentido, para além dos fatores políticos de organização interna do município, que permitiram a vários republicanos assumir cargos executivos em elencos camarários primordialmente monárquicos, é igualmente essencial descrever as práticas educativas e eventos que timbravam a evolução da vida de Lisboa no panorama educativo.

1.1 - Os primórdios da Educação e Instrução na orgânica da CML

A segunda metade do século XIX teve uma abertura política, no seio da CML, para as temáticas da Educação e Instrução.

Sob ponto de vista orgânico na estrutura interna da autarquia, surgiu o Pelouro das “Escolas Municipaes, das Artes e Industrias, e Beneficência”¹¹ em 1852¹². O primeiro vereador deste pelouro foi Aniceto Ventura Rodrigues¹³, empresário de profissão, que havia estado na cidade de Leeds em Inglaterra antes de se fixar em Lisboa¹⁴, sendo coadjuvado por Manuel Marcelino Lourenço na qualidade de vereador adjunto. A historiografia lisiponense, especializada na década de 50 do século XIX, não encontrou grande dinamismo neste pelouro nem medidas inovadoras que mudassem o rumo da história educativa da cidade durante esta década.

No ano de 1860, houve um marco significativo com a fundação da Escola de Santo António, pela Real Casa de Santo António, da freguesia de São Vicente, na Rua

¹¹ RELVAS, Eunice (2009), *A Acção Cultural da Câmara Municipal de Lisboa na 1ª República*, Cadernos Municipais N.º 10, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2009; Referência retirada da fonte: ver URL: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/SearchBasic.aspx?filter=AH>

¹² CAMPOS, Nuno, *A Câmara Municipal de Lisboa e a descentralização: a criação do pelouro da instrução e a política educativa para a infância*, Cadernos Municipais, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1999, p. 167

¹³ *Ibidem*

¹⁴ SILVA, Ana Catarina de Oliveira Gomes (2016), *Transformação de edifícios industriais em museus: três casos de estudo*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada, Lisboa, p. 46.

de São Vicente, destinada ao ensino primário.¹⁵ A criação deste estabelecimento escolar teve apoio da CML e estava sob a dependência pedagógica do “Comissário de Estudos do Distrito de Lisboa”.¹⁶

Até ao fim da década de 60 do século XIX, a oferta escolar escasseou na cidade, com a maioria das escolas a estar sob a égide das juntas de paróquia. Já a década seguinte marcou uma alteração paradigmática na vida educativa de Lisboa. O aumento do diálogo entre o poder central e a autarquia de Lisboa traduziu-se no incremento da rede escolar da cidade, bem como a própria sensibilidade dos autarcas da CML para as temáticas da instrução e assuntos de índole pedagógica aumentou substancialmente, com intervenções nas sessões de executivo da vereação lisboeta.

O panorama educativo da cidade, no ano letivo de 1870/1871 poderá ser analisado no quadro de Nuno Campos, publicado em 1999, nos Cadernos do Arquivo Municipal.¹⁷

¹⁵ CAMPOS, Nuno (1999), «A Câmara Municipal de Lisboa e a descentralização: a criação do pelouro da instrução e a política educativa para a infância», *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.º 3, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, p. 167.

Atas das reuniões de executivo da CML de 16 de janeiro de 1860, p. 18.

¹⁶ Sessão da Câmara Municipal de Lisboa realizada a 27 de janeiro de 1860, cuja página 27, é alusiva a uma carta do Ministério do Reino, a informar que Mariano Ghira, seria o comissário que acompanharia a ação desta escola. CAMPOS, Nuno (1999), «A Câmara Municipal de Lisboa e a descentralização: a criação do pelouro da instrução e a política educativa para a infância», *Cadernos do Arquivo Municipal* n.º 3, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, p. 167.

¹⁷ CAMPOS, Nuno (1999), «A Câmara Municipal de Lisboa e a descentralização: a criação do pelouro da instrução...», p. 172.

Quadro nº 1 - Ano lectivo de 1870/71:

	População (6-10 anos)		Escolas Paroquiais		Escolas Centrais	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Bairro Oriental						
1. Sto. Estevão (Bº Alfama)	142	127	1	1		
2. S. Vicente (Bº Alfama)	157	118	1	1		
3. Sé (Bº Rossio)	53	76				
4. Santiago (Bº Alfama)	67	63				
5. Castelo (Bº Alfama)	30	28	1			
6. S. Miguel (Bº Alfama)	82	79				
7. Stº André (Bº Alfama)	75	87		1		
8. S. Cristovão/S. Lourenço (Bº Alfama)	93	105				
9. Socorro (Bº Alfama)	183	175				
10. Anjos (Bº Alfama)	300	305				
11. Pena (Bº Alto)	188	200		1		
Stº Engrácia (Bº Alfama)	344	318	1	1		
S. Jorge Arroios (Bº Alfama)	37	43	1			
S. João Praça (Bº Alfama)	55	71				
Bairro Central						
12. Stª Justa (Bº Rossio)	156	156	1			
13. S. Nicolau (Bº Rossio)	87	113				
14. Madalena (Bº Rossio)	45	47	1			
15. S. Julião (Bº Rossio)	55	64				
16. Conceição-a-Nova (Bº Rossio)	96	88				
17. Mártires (Bº Rossio)	77	67				
18. Sacramento (Bº Alto)	120	101				
19. S. José (Bº Rossio)	201	234	1			
20. Coração de Jesus (Bº Alto)	102	106				
22. Encarnação (Bº Alto)	194	258	1	1		
S. Sebastião Pedreira (Bº Alfama)	64	53				
Bairro Ocidental						
21. S. Mamede (Bº Alto)	124	161				
23. Mercês (Bº Alto)	262	260		1		
24. Stª Catarina (Bº Alcântara)	329	298		1		
25. S. Paulo (Bº Alcântara)	190	201				
26. Santos (Bº Alcântara)	433	381	1	1		
27. Lapa (Bº Alcântara)	244	201		1		
28. Stª Isabel (Bº Alcântara)	434	405	1	1		
S. Pedro Alcântara (Bº Alcântara)	122	116	1			
TOTAIS	5141	5105	12	11		

172

1. Fonte: CAMPOS, Nuno (1999), «A Câmara Municipal de Lisboa e a descentralização: a criação do Pelouro da Instrução e a política educativa para a infância», Cadernos do Arquivo Municipal n.º 3, p.172

Realce para a preocupação nas questões da igualdade de género e na democratização do ensino primário para as crianças do sexo feminino. Foi através do vereador José Gregório da Rosa Araújo (1840-1893) que, em 1872, nasceu a proposta para que em todas as freguesias da cidade existisse, no mínimo, uma “*aula para cada sexo*.”¹⁸

A década de 80 do século XIX refletiu a aposta no setor cultural da edilidade, com a criação das primeiras bibliotecas municipais e com os museus populares a surgir em Lisboa, existindo sempre um vereador com responsabilidades políticas sobre educação e instrução até ao ano de 1892, como podemos verificar nos quadros (Ver Anexos).

Foi durante este período que o executivo lisboeta teve como objetivo diminuir o número de escolas paroquiais existentes na cidade.¹⁹ Em 1881, as escolas paroquiais tiveram uma redução de cerca de 70%, passando de 42 para apenas 15 em Lisboa. O intento maior desta normativa político-educativa foi aumentar a rede de escolas centrais da capital portuguesa, que encerravam, em si, um novo conceito de escola, com as turmas a ser divididas consoante a idade e o conhecimento dos alunos, em contraponto à escola de classe única, que constituía o principal paradigma existente até então. A este propósito, não foi alheio o perfil republicano dos vereadores responsáveis pelo setor educativo e cultural.

A 14 de dezembro de 1882, surgiu o regulamento provisório das “*Escolas Centraes do Município de Lisboa*”, segmentando o ensino em três patamares: inferior, médio e superior.

Outras novidades, até então disruptivas no panorama educativo português, foram implementadas, sendo o expoente máximo a obrigatoriedade de um livro de ponto para os professores em cada escola do concelho.

Paralelamente, as questões de higiene e conforto escolar começaram a ser trabalhadas pela autarquia, através de Teófilo Ferreira (1840-1894). Este médico e professor assentava a sua ação política na promoção da divulgação de teorias científicas e conhecimentos pedagógicos em ambiente escolar²⁰. Por ter um

¹⁸ Ata da sessão de Câmara da Câmara Municipal de Lisboa de 3 de junho de 1872

¹⁹ SILVA, Carlos Manique da, *O modelo de escola graduada ou central e a expansão do ensino primário oficial no concelho de Lisboa (1881-1891)*, Lisboa

²⁰

https://www.researchgate.net/profile/Carlos_Manique/publication/270277528_PENSAMENTO_E_ACAO_DE_TEOFILLO_FERREIRA_EM_DEFESA_DA_INSTRUCAO_PRIMARIA_EM_PORTUGAL_NO_FINAL_DE_OI

conhecimento profundo dos modelos educativos de vários países europeus, como, por exemplo, a Áustria e a Suíça, Teófilo Ferreira empenhou-se em replicar esses modelos educacionais, bem diferentes dos que eram aplicados em Portugal.

1.1.1 - O papel de José Elias Garcia

José Elias Garcia (1830-1891)²¹ foi o 1.º Vereador do Pelouro da Instrução na cidade de Lisboa.²² Sobre ele, Teófilo Ferreira referiu: “*A Camara de 1873 compreendeu bem (a vantagem de ter um vereador ligado á instrucção) e soube confiar essa missão a um professor não só inteligente e caprichoso, mas ainda a um carácter austero e disciplinador*”.²³

As primeiras medidas defendidas e implementadas por Elias Garcia passaram pela melhoria das condições de vida e laborais dos professores, bem como pelo reforço de instrumentos didáticos que apetrechassem as escolas primárias de melhores condições pedagógicas (incluindo os estabelecimentos privados)²⁴.

Para Elias Garcia, o novo modelo de escola primária deveria ser renovado, mais estandardizado e capaz de ter várias valências para usufruto dos estudantes.

No período entre 1908 e 1913, eram muitos os vereadores republicanos que assumiram a importância de José Elias Garcia e a sua grande influência doutrinária no exercício das funções autárquicas, em especial nas temáticas relacionadas com a instrução e educação.

TOCENTOS/links/54a565590cf256bf8bb4cf74/PENSAMENTO-E-ACAO-DE-TEOFILO-FERREIRA-EM-DEFESA-DA-INSTRUCAO-PRIMARIA-EM-PORTUGAL-NO-FINAL-DE-OITOCENTOS.pdf

²¹ WEBGRAFIA: <http://www.arqnet.pt/dicionario/garciajoseelias.html>

²² Fotografia retirada do website: <http://www.agrupamentoeliasgarcia.com/patrono.html>

²³ LISBOA, Câmara Municipal (1999), *Inventários do Arquivo Municipal de Lisboa, Serviço de Instrução Municipal, 1873-1926*, p.13 Pelouro da Cultura, Departamento de Património Cultural/Divisão de Arquivos, Lisboa

²⁴ *Idem*, pp. 14-15.



2. José Elias Garcia em ação, enquanto vereador da CML

1.2 - Quadro Legislativo Nacional

No que concerne ao panorama nacional legislativo na área educativa e na prestação de cuidados à infância, verificou-se a existência de diversas leis no final do século XIX e começo do século XX, que vão alterando o quadro educativo português e a relação do reino com os municípios.

A 16 de agosto de 1870, uma reforma malsucedida previa que cada concelho e cada freguesia de Portugal dispusesse de uma “associação escolar” para “fins assistenciais”.

O espírito reformista incrementou-se em 1878, com o decreto de 2 de maio a delegar nas Câmaras Municipais a incumbência de organizar em cada freguesia uma “comissão promotora de beneficência e ensino” constituída por homens e mulheres das respetivas freguesias, com a presença do padre das localidades. Os intuitos passavam por “estimular a frequência escolar, providenciar o socorro dos alunos e famílias desvalidas, distribuir vestuário, livros e prémios com receitas provenientes de multas, subscrições, donativos e subsídios.”²⁵

²⁵ COSTA, Rui Manuel Afonso da (2012), *A assistência escolar no ensino primário em Portugal (últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX)*, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, p.1.

A 22 de dezembro de 1894, já na sequência da revogação do código administrativo em 1892, os serviços de instrução primária voltavam para a alçada total do Estado central, tendo sido implementado o conceito de “caixas económicas escolares”, fator não alheio à forte crise económica que se fazia sentir em Portugal.

O início do século XX trouxe o advento do conceito de ensino obrigatório, a 4 de setembro de 1902, com o Decreto Regulamentar n.º 4 que estabelecia a promoção do ensino obrigatório, “facilitando aos alunos necessitados a frequência da escola e estimulando a emulação entre todos”.²⁶

1.3 - Bibliotecas Municipais de Lisboa: a sua importância no processo de instrução na cidade

O surgimento de bibliotecas municipais em Lisboa esteve estrita e intrinsecamente ligado à vida educativa da cidade. Foi em 1873 que apareceu a primeira proposta para a criação de uma biblioteca municipal, pela voz do vereador Joaquim Alves, de modo “a que todas as classes tivessem acesso a livros.”²⁷

Durante sete anos, este assunto ficou em suspenso nos gabinetes da edilidade, até que, em maio de 1880, o mesmo autarca, Joaquim Alves, no âmbito da efeméride do Tricentenário da morte de Luís Vaz de Camões, voltou a insistir no tema em prol dos mais vulneráveis: “as classes menos favorecidas de fortuna, possam por meio de bons livros, obter a instrução de que carecem”.²⁸

Foi José Elias Garcia quem ficou encarregado da resolução deste tema, à época considerado estrutural para o desenvolvimento da alfabetização e educação em Lisboa.

Em abril de 1881, nasceu a primeira Biblioteca Municipal de Lisboa, contígua à Escola Central n.º 1, cujo responsável foi José Maria de Moura Barata Feio Terenas (1850-1920)²⁹, republicano assumido, jornalista e, posteriormente, nomeado “Bibliotecário Geral das Bibliotecas Municipais”³⁰.

²⁶ *Idem*, p. 2.

²⁷ RELVAS, Eunice, *A vida Cultural na Lisboa da Primeira República, Comemorações Centenário da República*, p.93, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 2011

²⁸ Ata da sessão da Câmara Municipal de Lisboa de 31 de maio de 1880, p.310, Lisboa, 1880

²⁹ Feio Terenas nasceu na Covilhã e participou na fundação do PRP, tendo estado sempre ligado à imprensa republicana do fim do século XIX e primeiro quartel do século XX;

³⁰ RELVAS, Eunice (2011), *A vida Cultural na Lisboa da Primeira República, Comemorações Centenário da República*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, p. 94.

No ano civil de 1883, foram inauguradas mais três bibliotecas em Lisboa. Em 2 de fevereiro, A “Biblioteca Popular municipal n.º 1” foi a primeira a ser instaurada. Situava-se na rua do Paraíso, e estava anexada à escola primária n.º 4, na zona oriental da cidade. Mais tarde, em 8 de abril, foi inaugurada a “Biblioteca Popular municipal n.º 2”, localizada na Rua de São Domingos à Lapa, na zona ocidental da capital. Por último, em 5 de agosto, a “Biblioteca Central”, com instalações na sede do município.³¹

Estes equipamentos complementavam os serviços de instrução básica existentes em Lisboa, possibilitando o acesso a melhores condições para os estudantes. Denotamos a equidade geográfica que o executivo municipal da época teve na construção e edificação destes equipamentos, conseguindo abranger as três zonas nevrálgicas da cidade.

O conceito de “Biblioteca Popular” foi-se diluindo a partir da década de 90 do século XIX, transformando-se a nomenclatura utilizada unicamente para “Bibliotecas Municipais”.³²

O ano de 1892 estancou o dinamismo e a importância das bibliotecas, com a extinção do Pelouro de Instrução na orgânica da CML ao abrigo da revogação do código administrativo de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), que acabou com os intuitos descentralizadores que até então prevaleciam.

As bibliotecas ficaram sob a égide da Secretaria Geral da CML, que não priorizou este setor, sobretudo a nível orçamental, desprovendo a aquisição de novos livros e vetando ao abandono estes equipamentos.

Foi a vereação republicana de 1908 que revigorou estes equipamentos culturais, aquando da chegada ao poder e, posteriormente, em 1910, conforme análise às fontes da época.

³¹ Atas da Câmara Municipal de Lisboa do ano de 1883

³² REBELO, Carlos Alberto (1998), *A Difusão da Leitura Pública: As bibliotecas Populares (1870-1910)*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE, p. 126.

1.3.1 - O primeiro Museu da cidade de Lisboa

O executivo, eleito em novembro de 1908, tentou apetrechar Lisboa de novas ferramentas para a instrução da sua população. Para além das bibliotecas, existiu um novo eixo com uma proposta para a criação de um Museu Camarário, apresentada pelo vereador Tomás Cabreira (1865-1918) em 1909, que entendia “os museus constituem uma excelente escola para o ensino das classes populares”.

O impacto desta proposta resultou num objeto palpável até aos dias de hoje, como se comprova pelo assinalar da efeméride do centenário do museu da cidade de Lisboa, que ocorreu em 2009.³³

1.4- A importância simbólica da Festa da Árvore

“As festas criavam momentos entusiasmantes de comunhão que convidavam à fruição quase mística da utopia nelas simbolicamente antecipada”³⁴ (Catroga, 1998).

A revolução francesa trouxe um carácter acentuadamente liberal aos movimentos republicanos, um pouco por toda a Europa. As políticas educativas e de desenvolvimento da criança, numa perspectiva de cidadania, estavam no centro das decisões políticas em terras gaulesas. A supressão do ensino da religião e moral católica em França, tornando a escola laica, foi um desiderato que os movimentos republicanos pretendiam seguir e “copiar” nos seus respetivos países³⁵.

A vitalidade e a dinâmica que as festas cívicas realizadas em França traziam aos republicanos não devem ser ignoradas, captando milhares de jovens e milhões de famílias para a doutrina ideológica que emanou da Revolução Francesa do final do século XVIII.

Após este preâmbulo, que nos contextualizou em relação ao país onde a “Festa da Federação” começou, cuja componente cívica foi o principal mote e desígnio, importa referir que em Portugal os primeiros registos da “Festa da Árvore” (que tinha paralelismo

³³ <https://www.publico.pt/2009/07/15/culturaipilon/noticia/lisboa-museu-da-cidade-comemora-hoje-um-seculo-de-vida-1391836>. Notícia do Website *Público* relativa ao centenário do museu da cidade de Lisboa. Webgrafia, 2009

³⁴ CATROGA, Fernando (1988), *A militância laica e a des cristianização da morte em Portugal (1865-1911)*. Tese de Doutoramento. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988, Vol. I, p. 51 – Referência retirada de PINTASSILGO, *Ler História*, n.º 59, “O Projecto educativo do republicanismo: O caso português numa perspectiva comparada” – p. 194.

³⁵ PINTASSILGO, Joaquim, (2010), «O Projecto educativo do republicanismo: O caso português numa perspectiva comparada», *Ler História* n.º 59, p. 192.

com a “Festa da Federação”) nos remetem ao ano de 1907, em plena Monarquia Constitucional. Porém, foi a LNI, presidida por Bernardino Machado (1851-1944), uma associação ligada ao republicanismo e à maçonaria, a grande impulsionadora deste evento.

A 26 de maio de 1907, no Seixal, realizou-se a “1.ª Festa da Árvore” de que há conhecimento no país. Alguns meses mais tarde, no dia 19 de dezembro do mesmo ano, este evento chegou a Lisboa com apoio da CML, mobilizando várias escolas da cidade. Não obstante o tempo político, como acima referido ser o da Monarquia Constitucional, foram os movimentos de oposição republicanos a estar no cerne da organização deste momento na cidade de Lisboa.

Os republicanos acreditavam que a árvore era um símbolo regenerador de um país *caduco*, “adotando a árvore como o seu símbolo máximo, que através da fertilidade e capacidade permanente de regeneração representa o elo entre o passado e futuro que agora nasce”.³⁶

A primeira vereação republicana em Lisboa nunca deixou de apoiar esta iniciativa, que consideramos estrutural no que concerne ao setor da educação e instrução. Tal como podemos constatar na análise das atas das reuniões da CML, entre 1908 e 1910, o caráter intermunicipal deste evento permitiu ao executivo lisboeta alargar o seu raio de influência junto de entidades sediadas noutros municípios.

Em todas as ocasiões que dispunha de oportunidade para tal, através de requerimentos que chegavam ao executivo camarário, o poder político republicano lisboeta acedeu aos pedidos de cooperação para a realização da “Festa da Árvore” noutras localidades portuguesas, incrementando relações políticas em várias edilidades portuguesas.

³⁶ DÃO, Santa Comba, Biblioteca Municipal – Exposição comemorativa da Festa da Árvore; Santa Comba Dão – <http://rbscd.cm-santacombadao.pt/a-festa-da-arvore-de-1913-nos-jornais-de-santa-comba-dao-exposicao-documental/>

1.4.1 - Criação de elementos simbólicos em torno da “Festa da Árvore”

Este acontecimento ganhou uma dimensão que ultrapassou as barreiras escolares, passando a ter um efeito transversal a toda a sociedade; “Apesar de organizada pelas escolas primárias, a festa da árvore extravasava o âmbito estritamente escolar, oferecendo-se como espetáculo cívico no espaço público”.³⁷

Pretendia-se conjugar a atividade física da plantação da árvore com o vetor cultural, como exemplifica a criação de canções que marcavam cada uma das Festas - “A Sementeira, o hino da Árvore e a incontornável A Portuguesa”³⁸ - conferindo uma dimensão ideológica ao momento.

A componente retórica esteve presente com vários professores e políticos locais a discursar perante as crianças e, em vários casos, até os próprios alunos a ter nestes momentos a oportunidade de usar da palavra e dotar-se de maior capacidade nas suas competências discursivas. O conceito de “*sacerdotes laicos*”³⁹ começou a ganhar força no seio republicano, pelo que os professores colocados pelos republicanos assumiram-se como elementos imprescindíveis ao desenvolvimento da sociedade portuguesa.

Outro dos momentos que na ótica republicana evidenciava catapultava o valor da fraternidade, era o lanche de convívio que assinalava o término de cada festa.

Pela vincada componente político-ideológica presente, a Festa da Árvore foi também objeto de críticas por parte de movimentos ligados ao catolicismo, que não viam com bons olhos a doutrinação política dos estudantes que se proporcionava neste evento.

1.4.2 - Sucesso e durabilidade da “Festa da Árvore”

O impacto que a “Festa da Árvore” realizada em 1907 teve na comunidade escolar, com os professores a terem uma ação determinante, fez com que, no ano de 1908, a “*Direcção Geral de Instrucção*” tentasse assumir as rédeas da iniciativa. No entanto, a LNI continuou a desenvolver as “*Festas da Árvore*” com o Jornal “*O Século*”, através da sua versão “*O Século Agrícola*”. A maior adesão anual ao evento fez com que se

³⁷ PINTASSILGO, Joaquim (2010), «O projecto educativo do republicanismo: o caso português numa perspectiva comparada», *Ler História*, n.º 59, p.198.

³⁸ *Ibidem*

³⁹ Entrevista realizada com o Professor Joaquim Pintassilgo no Instituto de Educação de Lisboa a 4 de setembro de 2020.

definissem o mês de março como data regular para a realização desta festa, assinalando a transição de estações, entre o inverno e a primavera.⁴⁰

Em suma, este evento, considerado pelos republicanos como parte da educação cívica dos alunos, acompanhou o percurso da 1.ª República portuguesa. Desde a plantação de árvores em locais onde a toponímia associada a figuras republicanas⁴¹ estava premente, até à divulgação amiúde nos meios de imprensa escrita da época, esta festa foi tornada um baluarte dos ideais republicanos em Lisboa e, por extensão, em todo o país.



3. 1910, O culto da árvore, alunos das escolas plantam árvores no antigo Largo Matadouro, Joshua Benoliel, Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico. [cota: A8894] 1910, O culto da árvore, alunos das escolas plantam árvores no antigo Largo Matadouro

⁴⁰ PINTASSILGO, Joaquim (2010, «O projecto educativo do republicanismo: o caso português numa perspectiva comparada», *Ler História*, nº 59, p. 197.

1.5 - Os primeiros “Banhos de Mar” para as crianças de Lisboa

É importante contextualizar que os problemas sanitários eram uma realidade bem presente na cidade de Lisboa em finais do século XIX e no primeiro quartel do século XX, provocando inúmeros mortos em momentos climatéricos críticos. A poluição e contaminação das águas pluviais faziam parte do quotidiano da capital portuguesa, pelo que a introdução da medida “Banhos de Mar” foi tida em conta com um misto de desconfiança e entusiasmo⁴².

A título de exemplo, a 6 de abril de 1892, em reunião executiva da CML, denunciou-se “haver inundações em diversos pontos da cidade ... devido manifestamente á falta de escoante”.

A vereação republicana viu nos “Banhos de Mar”, a oportunidade de colocar em prática “um novo olhar sobre a criança” e os métodos de formação de cidadania que faziam parte do ideário do Partido Republicano Português (PRP), tendo-se refletido em ações que ultrapassavam a esfera escolar clássica existente em Portugal.

Neste capítulo constatamos que a historiografia se divide quanto às causas e finalidades desta iniciativa política da 1ª Vereação Republicana.

Na visão de Nuno Campos a criação deste plano teve dois propósitos essenciais⁴³:

- 1) O carácter social dos “Banhos de Mar”, que ajudaria milhares de crianças que se encontravam em estado de pobreza na cidade de Lisboa a ter uma atividade lúdica;
- 2) Uma vertente político-social, na busca de um novo paradigma que aproximasse as autarquias “das populações em idade escolar”. A tendência de uma intervenção e atenção cada vez mais próxima por parte das Câmaras Municipais, e, neste caso concreto, relativo à CML, foi um aspeto fundamental no impulso à medida “Banhos de Mar”.

Já, Maria Alice Samara tem uma visão com uma linha de pensamento sobretudo baseada na repercussão mediática da iniciativa: “Os republicanos tinham como central na sua actuação municipal os serviços que as juntas de paróquia prestaram à infância pobre de Lisboa. As crianças foram à praia à Trafaria e depois do banho eram alimentadas com pão e leite. A imprensa acompanhou esta iniciativa, que resultou como

⁴² CAMPOS, Nuno (1998), «Os Primeiros “Banhos de Mar” infantis nas praias do Rio Tejo: uma iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa da Primeira República», *Cadernos do Arquivo Municipal*, nº 2

⁴³ Idem

uma eficaz manobra de propaganda na cidade de Lisboa, por onde enxameavam bandos de crianças sem quaisquer cuidados.”



4. Crianças a banhos na Trafaria. Ilustração Portuguesa, n.º 186, 13 de setembro de 1909.



5. Crianças a bordo do vapor com destino à Trafaria.

1.6 - Cartilha maternal pelo “método João de Deus”

Para se contextualizar o porquê da inclusão deste subcapítulo na dissertação, importa referir que este método, o método João de Deus, é dado como tendo permitido tirar do analfabetismo mais de 2000 pessoas na cidade de Lisboa entre 1876 e 1910. Neste panorama, a cartilha maternal foi um instrumento de “educação não-formal”, facilitador da alfabetização de trabalhadores adultos.

A cartilha maternal é um instrumento educacional criado em 1876⁴⁴, tendo como grande intuito o combate ao analfabetismo que atingia várias regiões de Portugal no terceiro quartel do século XIX, em valores na ordem dos 90%.

O método da *cartilha maternal* assenta em três pilares: que o alfabeto seja ensinado através da fonética; deva ser transmitido em pequenos grupos de alunos, nos quais cada pessoa tenha o seu próprio ritmo de ensino; tendo regras básicas e simplificadas ao nível da prosódia.⁴⁵

O ensino da cartilha maternal consiste em que o alfabeto seja aprendido de forma simples e devia, preferencialmente, ser ensinado no seio familiar, tendo uma forte tendência para que o processo fosse efetuado de mãe para filho.

O conceito inovador granjeou popularidade em todo o país, e João de Deus tornou-se uma figura consensual na sociedade portuguesa, suscitando admiração em todos os quadrantes político-sociais da segunda metade do século XIX, algo bastante invulgar para a época.
1.6.1 - O relevo da “Associação de Escolas Moveis pelo *Methodo* João de Deus – Bibliotecas ambulantes e jardins-escolas” na cidade de Lisboa.

Torna-se impossível dissociar a educação e instrução em Portugal e, especificamente, em Lisboa, no fim do século XIX e começo do século XX, sem abordar as ações realizadas pela “Associação de Escolas Moveis pelo *Methodo* João de Deus- Bibliotecas ambulantes e jardins-escolas”.

Foi na busca de uma compreensão da estatística detalhada e dos estratos socioeconómicos que usufruíam da aprendizagem pela cartilha maternal que realizámos

⁴⁴ Relatório e Contas da Associação João de Deus em 1879, três anos posterior à 1.ª ação de alfabetização realizada pela Associação de Escolas Móveis pelo *Methodo* João de Deus – Bibliotecas ambulantes e jardins-escolas

⁴⁵ RAMOS, João de Deus (1901), *Guia prático e theorico da cartilha maternal ou arte de leitura*, 1.ª ed. Coimbra, Imprensa da Universidade, XVI

uma análise aos relatórios de atividades e contas da associação promotora da difusão deste instrumento educativo, e os seus estatutos.

O 1.º Artigo dos Estatutos da Associação, que se mantém inalterável até à época, refere:

«A associação das escolas moveis tem por fim ensinar a ler, escrever e contar pelo methodo de João de Deus os indivíduos que o solicitarem, até onde o permitam os seus meios económicos, enviando n'esse intuito ás diversas povoações da nação *portugueza* professores, devidamente habilitados».⁴⁶

Desde 1908, sediada na Rua da Horta Seca, 9, 1, º, à Praça de Camões, em 1909, a Associação tinha 442 sócios inscritos na cidade de Lisboa. Várias foram as missões realizadas pela Associação na capital no espaço temporal desta dissertação (1883-1910), a saber:

1883		
Data do início da missão	Número de alunos	Local
1 de julho	60	desconhecido

1884		
Data do início da missão	Número de alunos	Local
27 de maio	57	Limoeiro

1892		
Data do início da missão	Número de alunos	Local
3 de novembro	27	<i>Escola-Asylo</i>

⁴⁶ Estatutos da *Associação de Escolas Móveis pelo Methodo João de Deus – Bibliotecas ambulantes e jardins-escolas* (1892), Lisboa, p. 1. Consultado na Casa-Museu João de Deus em Lisboa.

1893		
Data do início da missão	Número de alunos	Local
26 de janeiro	46	<i>Academia de Instrução Popular</i>
2 de dezembro	30	Regimento de Infantaria, 5

1894		
Data do início da missão	Número de alunos	Local
23 de maio	35	Academia União Operária

1898		
Data do início da missão	Número de alunos	Local
21 de setembro	30	Associação dos Pedreiros de Portugal
12 de dezembro	125	<i>Bombeiros Municipaes</i>

1901		
Data do início da missão	Número de alunos	Local
4 de janeiro	28	<i>Associação dos Manipuladores de Sabão – Marvilla;</i>
10 de janeiro	32	<i>Estrella;</i>
28 de janeiro	13	Alcântara;
3 de junho	36	<i>Associação de Manufactores de Tecidos – Alcântara</i>

6 de julho	14	<i>Centro Escolar Affonso Costa;</i>
15 de outubro	20	Associação de Socorros Mutuos Auxiliar – Belém
7 de novembro	40	<i>Academia d`Instrucção Popular Chelense – Chellas;</i>
2 de dezembro	32	<i>Associação dos Manufactores de Tecidos – Alcântara;</i>
9 de dezembro	Sem registo de alunos	Regimento Infantaria 16

1902		
Data do início da missão	Número de alunos	Local
24 de março	sem registo de alunos	Regimento de Infantaria
2 de maio	42	<i>Associação dos Manufactores de Tecido – Alcântara</i>
20 de julho	sem registo de alunos	Regimento de Infantaria
3 de dezembro	42	Rua de Stº António, à <i>Estrella</i>

1903		
Data do início da missão	Número de alunos	Local
16 de fevereiro	21	Escola Sagrado Coração de Jesus – Lapa
15 de abril	20	Campo de Ourique
21 de setembro	25	Escola Sagrado Coração de Jesus – <i>Estrella</i>

1904		
Data do início da missão	Número de alunos	Local
2 de maio	40	Associação de Classe das Artes Texteis – Belém
5 de dezembro	27	Associação de Classe das Artes Texteis – Belém
16 de dezembro	31	<i>Estrella</i>

Ano 1905		
Data do início da missão	Número de alunos	Local
4 de outubro	84	Sociedade Promotora de Educação Popular – Alcântara
4 de dezembro	33	<i>Estrella</i> – Lapa
27 de dezembro	95	Centro Escolar Rodrigues Freitas

1906		
Data do início da missão	Número de alunos	Local
3 de janeiro	33	Santa Isabel – <i>Estrella</i>
1 de julho	33	<i>Estrella</i>
2 de julho	38	Centro Escolar Rodrigues Freitas
8 de outubro	64	Palma de Baixo
16 de outubro	34	Associação de Classe das Artes Texteis - Belém
17 de outubro	37	Centro Escolar Fernão Botto Machado
22 de outubro	54	Sociedade Promotora de Educação Popular – Alcântara

22 de outubro	30	Santa Isabel
22 de outubro	47	São Domingos de Benfica, <i>Escola Dr. Affonso Costa</i>
22 de outubro	49	Belém

1907		
Data do início da missão	Número de alunos	Local
8 de abril	32	Centro Regenerador Liberal José da Silva Carvalho
8 de abril	34	Associação dos Operários Corticeiros – Poço do Bispo
20 de abril	30	<i>Estrella</i>
1 de maio	30	<i>Escola Democrática</i>
15 de maio	21	<i>Centro Democrático</i> <i>Latino Coelho – Sete Rios</i>
3 de junho	23	Centro Democrático Fernão Botto Machado
10 de junho	36	Grémio Republicano Federal
8 de julho	32	Centro Escolar Castilho Branco Saraiva
14 de outubro	94 alunos (sexo masculino); 69 alunos (sexo feminino)	Sociedade Promotora de Educação Popular Alcântara
20 de novembro	80	Centro Eleitoral Republicano da Ajuda – Belém

1908		
Data do início da missão	Número de alunos	Local
5 de fevereiro	30	Escola Democrática do Socorro

1909		
Data do início da missão	Número de alunos	Local
7 de janeiro	76	Sociedade Promotora de Educação Popular de Alcântara

Notas do relatório: não se encontra qualquer referência à CML nem agradecimento por qualquer auxílio prestado nos relatórios da “Associação de Escolas Moveis pelo *Methodo* João de Deus - Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas”. No entanto, as atas da vereação da CML mencionam, sempre de forma positiva, a Associação e o seu trabalho.

De 7 de janeiro de 1909 a 25 de maio de 1910, não há menção a qualquer missão escolar realizada em Lisboa.

Números totais até 25 de maio de 1910:

Total de missões no país: 244 missões sendo que 53 foram realizadas em Lisboa: 21% das missões foram em Lisboa;

Total de alunos no país: 14 975, sendo que 2031 eram do município de Lisboa: – 13,5% do total de alunos eram de Lisboa.

Estes dados estatísticos mostram-nos que a implementação da Cartilha era transversal a todo o país e que Lisboa não tinha a primazia no que respeita ao número de missões e de alunos que aprendiam pelo “*methodo*” de João de Deus.

Esta Associação também se dedicou à formação de professores que pudessem ensinar e instruir, nos princípios da Cartilha Maternal. Ao longo do espaço temporal, analisado previamente, foram formados 5318 professores. Contudo, não há quaisquer referências em relação à zona geográfica dos mesmos nos Relatórios e contas.

Não se constata evolução no número de missões aquando da entrada da vereação republicana na CML, mas, ao invés, um declínio profundo na cadência de missões da Associação de Escolas Móveis na capital portuguesa. Em contraponto, é nesta fase que o município de Lisboa interage de forma estrutural com a Associação de Escolas Móveis João de Deus.

1.6.2 - O percurso de vida de João de Deus

João de Deus de Nogueira Ramos foi uma das figuras culturais incontornáveis do século XIX. Nasceu a 8 de março de 1830, no Algarve, em São Bartolomeu de Messines, no concelho de Silves, filho de comerciantes.

Aos 19 anos, João de Deus foi estudar para Coimbra. Devido aos seus hábitos boémios, demorou 10 anos a atingir o grau de bacharelato, em 1859, na Universidade de Coimbra. Destacou-se como poeta, músico (enquanto compositor e intérprete) e jornalista. Politicamente, considerava-se socialista, chegando a ser eleito para a Câmara dos Deputados pelo círculo eleitoral de Silves.⁴⁷

João de Deus mantinha boas relações com monárquicos e republicanos, sendo visto como um educador transversal à sociedade portuguesa. No percurso final da sua vida, já bastante debilitado, foi agraciado e homenageado pelo Rei D. Carlos.

João de Deus faleceu a 11 de janeiro de 1896 em Lisboa. A 1 de dezembro de 1966, o seu corpo foi trasladado para o Panteão Nacional.

⁴⁷ SARAIVA, José Hermano (2003), *A Alma e a Gente*, documentário sobre a vida de João de Deus na RTP;



6. João de Deus Ramos de Nogueira Ramos



7. Painel de azulejos alusivo à Associação de Escolas Móveis e Jardins Escolas João de Deus pertencente à Casa-Museu João de Deus, em Lisboa (foto de João Rocha)

2. ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1 DE NOVEMBRO DE 1908

2.1 - Contextualização política

Para fazer a contextualização política das causas que levaram o PRP a vencer a CML no ano de 1908, é fulcral focar nos antecedentes históricos dos últimos trinta anos e analisar os acontecimentos mais relevantes desse período.

Assim, poderemos ter uma melhor compreensão da conjuntura eleitoral de 1 de novembro de 1908.

A força política republicana começou a desenhar-se no último quartel do século XIX, com a organização formal, em 1876, do Centro Republicano Democrático (CDR), transformando-se no PRP em 1883.

O Partido Socialista (PS) nasceu em 1875 defendendo a inserção do socialismo no quadro de um regime republicano.⁴⁸ Se, em pleno século XIX, houve despiques políticos entre o PRP e os socialistas, fragmentando o eleitorado de ambos os partidos na oposição aos monárquicos, em 1908, nas eleições municipais o papel do PS foi de ator secundário na cidade de Lisboa, como analisaremos posteriormente.⁴⁹

É fundamental referir que a Carta Constitucional de 1826, tida como conservadora no campo da descentralização administrativa para os municípios, perdurava como regente do quadro legislativo português, estimulando o princípio da rotatividade política entre os setembristas e cartistas, no principal intuito de impedir os republicanos de chegar ao poder.⁵⁰

Em 1878, a Constituição portuguesa teve mudanças legislativas (de fundo) com a liderança governativa de António Maria de Fontes Pereira de Melo (1819-1887), e com a reforma administrativa a ter o cunho de António Rodrigues Sampaio (1806-1882). É precisamente neste ano que ocorre a eleição do primeiro deputado assumidamente republicano para a Câmara de Deputados: José Joaquim Rodrigues de Freitas (1840-1896), eleito pelo círculo eleitoral do Porto.

⁴⁸ PEREIRA, Miriam Halpern (2016), *A Primeira República – Na fronteira do liberalismo e da democracia*, Lisboa, Gradiva, p. 13.

⁴⁹ RELVAS, Eunice (2014), *Eleições Municipais em Lisboa na Primeira República (1910-1926)*, Tese de Doutoramento, Capítulo I, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

⁵⁰ Os movimentos republicanos na Europa reconciliaram os monárquicos que, em 1852, promulgam o “Acto Adicional”, PEREIRA, Miriam Halpern (2016), *A Primeira República – Na fronteira do liberalismo e da democracia*, Lisboa, Gradiva, p. 14.

Os simbolismos estiveram sempre patentes no quotidiano republicano e as efemérides relativas ao tricentenário da morte de Luís Vaz de Camões (1880) e do centenário da morte do Marquês de Pombal (1882)⁵¹ foram amplamente capitalizadas sob ponto de vista político, com o PRP a organizar eventos alusivos a estas datas.

O crescimento da representação na Câmara de Deputados foi gradual, com José Elias Garcia a ser eleito na década de 80 pelo círculo de Lisboa, e Manuel José de Arriga Brum da Silveira e Peyrelongue (1840-1917) pelo do Funchal. Já em 1890, José Maria Latino Coelho (1825-1891), outrora figura de proa do regime monárquico, foi eleito pelo PRP.⁵²

As eleições municipais iam sendo encaradas pelos republicanos como uma oportunidade de afirmação no xadrez político nacional com a chegada de elementos republicanos aos executivos camarários, ainda que estes fossem predominantemente constituídos por monárquicos.

O *Ultimatum Inglês*, que se deu a 11 de janeiro de 1890, foi essencial para o desgaste do regime monárquico e para a eclosão do movimento republicano numa dimensão popular. A política realizada na rua ganhou maior importância com a dinamização de comícios e arruadas, tendo como apogeu cultural a composição de *A Portuguesa* em 1890, por Alfredo Cristiano Keil (1850-1907), com letra de Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931).⁵³

Foi no 1.º aniversário do “*Ultimato Inglês*”, a 11 de janeiro de 1891⁵⁴, que o PRP publicou o seu manifesto programático, onde as questões da educação tiveram relevo significativo, mostrando uma doutrina e vocação especial para o desenvolvimento da cidadania enquanto vetor vital do fortalecimento de Portugal como nação próspera. No Porto, a 31 de janeiro, deu-se uma tentativa infrutífera de derrube da monarquia. A situação financeira do país entrou em rutura, e as divergências entre monárquicos foram cada vez maiores, resultando em leis de carácter mais repressivo. A ascensão de João Franco (1855-1929) ao poder, em 1907, originou que a monarquia endurecesse as medidas autoritárias contra a sua oposição política.

Neste ano, ocorreu uma revolta estudantil em Lisboa, cujo objetivo era uma forte contestação ao poder monárquico. A chamada “greve académica” foi de Coimbra até

⁵¹ *Idem*

⁵² *Ibidem*

⁵³ *Idem*, p. 15

⁵⁴ *Idem*, p. 16

Lisboa com duras críticas a João Franco, como o principal mote de contestação nos dias 4 e 5 de março, nas ruas “alfacinhas”.⁵⁵

A 15 de outubro, as eleições municipais que estavam previstas para novembro de 1907, foram suspensas por parte do governo franquista, gerando um enorme tumulto político entre as hostes franquistas e republicanas. Portugal encontrava-se bipolarizado politicamente. Foram vários os monárquicos que começavam a aproximar-se do PRP, tido como um símbolo do nacionalismo e da democracia.

O ano de 1908 foi riquíssimo na historiografia contemporânea portuguesa. É indelével assinalar a importância política, social e cultural dos acontecimentos de 1908 para a mudança de regime que ocorreu a 5 de outubro de 1910⁵⁶. A cidade de Lisboa encontrava-se no epicentro da agitação permanente.

A 28 de janeiro, Afonso Costa (1871-1937), Egas Moniz (1874-1955), o Tenente Álvaro Poppe (1879-1972) e o Visconde da Ribeira Brava (1852-1918) foram detidos no já extinto “Elevador da Biblioteca”, por suspeitas de participar num golpe revolucionário republicano.⁵⁷

Quatro dias depois, aconteceu o *Regicídio* em pleno Terreiro do Paço, provocando uma verdadeira convulsão nas hostes políticas portuguesas. A morte do Rei D. Carlos (1889-1908) e do seu filho, Príncipe D. Luís Filipe (1887-1908), a 1 de fevereiro, originou a chegada ao trono por parte de D. Manuel II (1889-1932). A demissão de João Franco, que parte para o exílio na vila costeira de Biarritz, em França, e provoca o agendamento de eleições por parte do Almirante Francisco Ferreira do Amaral (1844-1923). A 5 de abril, decorreram as eleições legislativas para a Câmara dos Deputados, e a 1 de novembro as eleições municipais, inicialmente previstas para fevereiro.⁵⁸ O governo liderado pelo Almirante Ferreira do Amaral foi conhecido como “*governo de acalmção*”, tentando suavizar o clima ríspido e agitado existente na sociedade portuguesa.

Porém, as eleições de abril resultaram em confrontos que originaram mortos e muitos feridos na cidade de Lisboa. No que respeita aos números eleitorais, o PRP

⁵⁵ NUNES, Bernardo, *Greve Académica de 1907*, tese de Doutoramento em História de Portugal Contemporâneo, FCSH-UNL, Lisboa, 2009

⁵⁶ RELVAS, Eunice Marisa Martins (2014), *Eleições Municipais em Lisboa na Primeira República (1910-1926)*, Tese de Doutoramento, p.11 Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

⁵⁷ LISBOA, Câmara Municipal de (2009), *À urna pela Lista Republicana! Centenário da Vereação Republicana em Lisboa*, Lisboa, p. 51.

⁵⁸ *Ibidem*.

alcançou sete deputados a nível nacional, e uma vitória expressiva no círculo eleitoral de Lisboa, com 53.5 % dos votos expressos⁵⁹

O VII Congresso do PRP deu-se em julho na cidade de Coimbra, com a base programática a incidir nos temas educativos, da instrução e no compromisso republicano em democratizar o acesso a estas áreas, assim que tomasse o país político. As eleições municipais também galvanizavam as hostes do PRP, que preparavam as suas candidaturas às eleições de novembro. Tal como refere Maria Alice Samara, é no ano de 1908 que os republicanos associam a “nomenclatura democracia aos valores do republicanismo, em contraponto ao absolutismo monárquico”.⁶⁰

Em 1908, a capacidade política dos executivos camarários alfacinhas era praticamente nula, tal como descrito desta forma pelo jornal *A Luta*, a 4 de outubro de 1908: “o município, é, a bem dizer, uma simples delegação do ministério do reino, sem liberdade de acção, quase sem recursos.”

Paralelamente, alguns setores monárquicos, pela voz de Júlio de Vilhena (1845-1928) (conselheiro do reino e chefe do Partido Regenerador), vaticinavam que uma eventual vitória republicana na CML seria um passo importante para a mudança de regime. Júlio de Vilhena sustentava esta tese na convicção de que a uma derrota monárquica na CML somar-se-ia a derrota nas juntas de paróquia, em eleições, agendadas para 29 de novembro de 1908.

2.2 - Resultados eleitorais

As eleições municipais estavam reguladas pelo decreto eleitoral de 8 de agosto de 1901. No caso de Lisboa, a cidade estava dividida em três círculos eleitorais distintos: Oriental, Ocidental e Central. O 1.º e o 2.º círculo elegiam quatro vereadores efetivos e o 3.º círculo três vereadores efetivos, aos quais se juntavam os vereadores substitutos em número igual aos efetivos.

Podemos considerar que o sistema de recenseamento eleitoral era misto, pois havia critérios financeiros e de alfabetização agregados. Só podiam votar maiores de 21

⁵⁹ *Idem*, p. 87

⁶⁰ RELVAS, Eunice Marisa Martins (2014), *Eleições Municipais em Lisboa na Primeira República (1910-1926)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, p. 11.

anos com morada em território nacional, que fossem literatos ou que cujo rendimento igualasse ou superasse os 500\$000 réis.⁶¹

Apenas 9,8% da população lisboeta estava recenseada para votar nas eleições de novembro de 1908.

Os monárquicos não disputaram esta eleição. Esta ausência política foi considerada pelos setores republicanos como uma violação ao espírito democrático, pela ideia dos opositores de que quem fosse depositar o seu voto na urna eleitoral seria automaticamente associado como republicano. A disputa política fez-se entre o PRP e o PS, que apresentou a mesma lista para os três círculos eleitorais, tendo feito figura de "corpo presente" nestas eleições, "na prática foi inexistente a luta eleitoral, confinando-se a campanha particularmente ao Partido Republicano Português".⁶²

O comício eleitoral do PRP com maior expressão deu-se a 25 de outubro com a aclamação do programa-geral, no qual se refere na alínea C: "a importância de investir em cantinas e viagens escolares, cursos de adultos, bibliotecas municipais, lactários e ensino profissional".

Nas eleições de 1 de novembro de 1908, 98% dos votos expressos foram para os candidatos do PRP, num total de 9134 votos, triplicando o PRP a sua votação em relação às eleições municipais de 1903.

Nas eleições para as juntas de paróquia/freguesia de 29 de novembro, a subida republicana foi exponencial, e o PRP transforma-se na força político-partidária mais representativa, a todos os níveis, na capital portuguesa.

Em 42 freguesias, 33 foram conquistadas pelo PRP, confirmando-se a previsão e receios monárquicos de que o PRP teria uma vitória expressiva nas eleições para as juntas, em caso de vitória na CML.

A 30 de novembro de 1908, data da tomada de posse do executivo republicano, começa um novo ciclo no município de Lisboa.

⁶¹ *Idem*, p. 53.

⁶² *Idem*, p. 122.



7. Sátira à vitória republicana na CML em 1908, publicada no semanário os ridículos de 3 de outubro de 1908



8. Comício republicano na Avenida D. Amélia para apresentar ao Governo a urgência da marcação de eleições municipais em Lisboa / 26-07-1908 / AML/AF – JBN000434.

3. OS CONGRESSOS DE ABRIL DE 1909

Os republicanos tiveram dois momentos de forte afirmação política em abril de 1909 com a realização dos congressos cujos trabalhos serão dissecados nas próximas páginas desta dissertação.

A agenda educativa, a retórica da importância do aumento da taxa de alfabetismo e a respetiva valorização do papel que os municípios deveriam ter na vida das políticas de instrução - sobretudo no grau primário - foram uma tônica constante no discurso apresentado pelo PRP aos professores e autarcas de todos os cantos de Portugal Continental e Ilhas.

3.1 - O 2.º Congresso Pedagógico

O 2.º Congresso Pedagógico, organizado pela LNI, realizou-se entre 13 e 16 de abril de 1909 na cidade de Lisboa, em dois locais distintos: a Sociedade de Geografia de Lisboa e o Salão nobre dos Paços do município da capital.⁶³

⁶³ CARVALHO, Luís Miguel e FERNANDES, Ana Lúcia (2014), *O conhecimento sobre a educação e os problemas nacionais : os Congressos Pedagógicos da Liga Nacional de Instrução (Lisboa, 1908-1914)*, Educa, Lisboa, Caderno Prestige.

Neste congresso, verificou-se uma organização mais bem estruturada em comparação com a do ano anterior, com a divisão dos temas realizada da seguinte forma:

“1ª secção – Luta contra o analfabetismo;

2ª secção – Educação Intellectual e social;

3ª secção – Hygiene Escolar;

4ª secção – Anormaes”.⁶⁴

3.1.1 - O momento simbólico da receção aos congressistas na CML

O primeiro dia do Congresso ficou marcado por uma receção aos congressistas por parte da CML, denotando-se uma relação de enorme respeito institucional entre a LNI e a CML, tal como se transcreve no relatório do 2.º congresso pedagógico: “Tendo a illustre vereação da Câmara Municipal de Lisboa deliberado receber em sessão solemne os membros do 2º Congresso Pedagógico, realizou-se a recepção no dia 13 de abril, às 3 horas da tarde”.

José Soares da Cunha e Costa (1868-1928), Miguel Ventura Terra e Luiz Fillipe da Matta (1853-1924) foram os vereadores responsáveis por dar as boas-vindas aos congressistas no átrio da CML, enquanto o então Vice-Presidente da CML, mas figura máxima da autarquia nessa data, Anselmo Braamcamp Freire (1849-1921), proferiu um discurso de saudação institucional a todos os delegados, tecendo rasgados elogios à realização do evento, adjectivando a organização da LNI com a palavra “*brilhantismo*”.

A intervenção seguinte coube a Zófimo José Consiglieri Pedroso Gomes da Silva (1851-1940)⁶⁵, que agradeceu as referências elogiosas de Anselmo Braamcamp Freire considerando-as, porém, “*exageradas*”, e saudou de forma entusiasta a realização do Congresso Municipalista de 1909, que teria lugar após o 2.º Congresso Pedagógico terminar, assumindo a interligação entre o municipalismo e os valores da educação, como vetor primordial para o “*ressurgimento da pátria*”.⁶⁶

⁶⁴ INSTRUCÇÃO, Liga Nacional de (1909), *Segundo Congresso Pedagógico*, Lisboa, 1909, consultado na Biblioteca Nacional de Portugal;

⁶⁵ Secretário-Geral da Liga Nacional de Instrução, professor, político e escritor

⁶⁶ Relatório do 2.º Congresso Pedagógico de 1909, p. 516.

O discurso do líder da LNI teve uma mensagem política vincada, agradecendo a receção lisboeta e aprofundando os elogios em relação ao congresso municipalista, apelidando-o de “congresso irmão” do Congresso Pedagógico e desejando que ambos os eventos sejam instrumentos que possam “alavancar o nível moral e aumentar a capacidade intelectual do país”.

Referiu ainda: “oxalá (...) o Congresso Pedagógico e o Congresso Municipalista possam ser mais de que um efémero *syntptoma* da nossa vontade de progredir e representem o primeiro passo para o robustecimento das nossas aspirações”.⁶⁷

A intervenção de Consiglieri Pedroso foi aplaudida de forma apoteótica por todos os presentes na sala. Registamos que as questões de índole técnica relacionadas com a educação e instrução foram relegadas para segundo plano nesta intervenção, tendo o conteúdo versado na parte política e, especificamente, com um forte teor de mensagens alusivas aos valores do municipalismo que pudessem ser transformadoras de uma mudança de regime em Portugal, em prol do ideário do republicanismo português.

A intervenção final da sessão de abertura coube ao vereador José Soares da Cunha e Costa, que teve como primeiro intuito discursivo dar as boas-vindas a quem visitava Lisboa pela primeira ocasião.

O autarca lisboeta que, de forma amiúde, foi interrompido por ovações durante a sua intervenção, realçou que o congresso não poderia ter melhor local para a sua realização do que Lisboa: “Na verdade, quem mais e melhor do que a vereação de Lisboa é vossa tributária?”⁶⁸

Os primeiros dois terços do discurso foram dedicados à apologia de Lisboa enquanto cidade liderante no país, realçando a beleza da cidade, numa espécie de cartão de visita turístico para uma plateia transversal ao mapa geográfico nacional.

Foi na conclusão que o autarca realçou a importância do combate ao analfabetismo: “Ensinæ as crianças a ler: é quanto nos basta”⁶⁹. De seguida, lamentou que o congresso pedagógico não decorresse em simultâneo com o congresso municipalista, para que os autarcas tivessem a oportunidade de homenagear os congressistas do 2.º Congresso Pedagógico.⁷⁰

⁶⁷ *Ibidem*

⁶⁸ *Idem*, p. 517.

⁶⁹ *Idem*, p. 518.

⁷⁰ *Idem, idem*.

A frase final foi de elogio aos professores presentes com uma analogia pela sua luta de incremento do alfabetismo em Portugal, ao combate político dos republicanos na CML: “Honra a vós (...) fazei pela vossa classe, por vós, pela pátria, o que nós fizemos pelo direito de vos saudar neste momento”.

3.1.2 - Conclusões do 2.º Congresso Pedagógico da LNI

Foram dezanove as conclusões aprovadas no 2.º congresso pedagógico de 1909, na sessão de encerramento realizada a 16 de abril.

A primeira das alíneas elucida-nos quanto à importância atribuída às questões municipais que foram apresentadas: *“Que sejam reorganizados os serviços de instrução primaria em harmonia com os princípios da descentralização.”*

Outros tópicos, que fizeram parte das políticas preconizadas pelo republicano José Elias Garcia no século XIX, também foram aprovados na moção final deste congresso, nomeadamente o aumento do salário dos professores e o reforço da oferta de cantinas escolares em Portugal.

O número de visitas a estabelecimentos escolares aumentou em relação ao ano transato, conforme a lista dos estabelecimentos visitados que se segue:

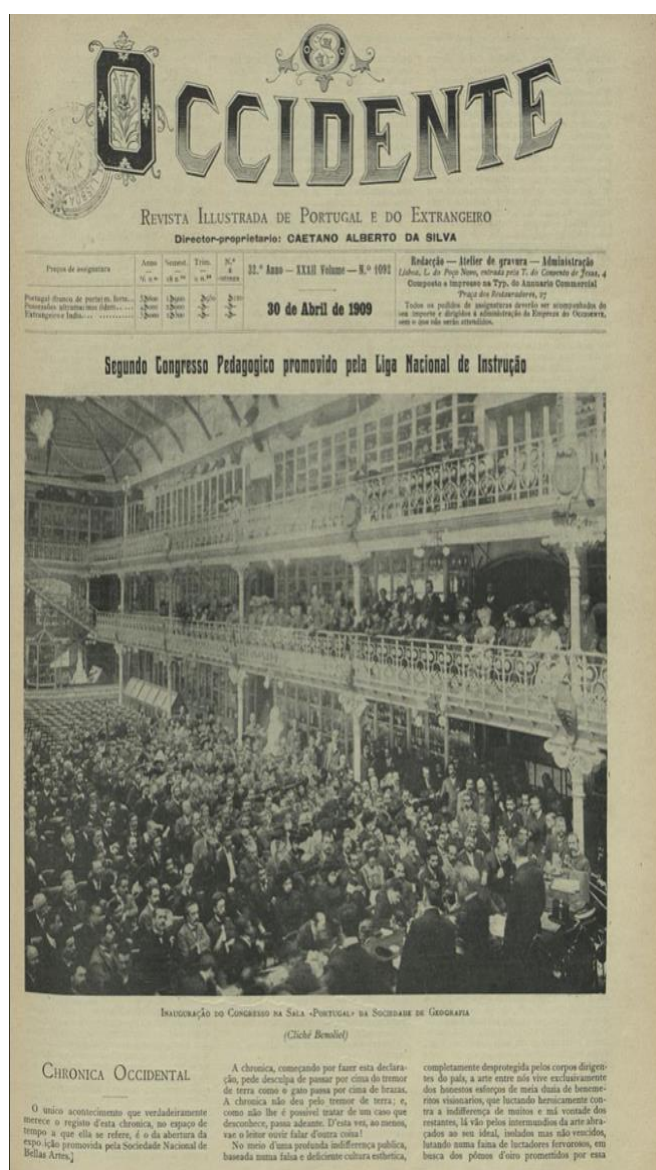
- “- Asylo Maria Pia;
- Asylo de D.Pedro V;
- Asylo-Escola Antonio Feliciano de Castilho;
- Casa de Correção de Caxias (no município de Oeiras);
- Escola-Officina nº 1 (da Sociedade Promotora de Asylos, Creches e Escolas)
- Escola Industrial Afonso Domingues;
- Instituto dos Cegos Branco Rodrigues;
- Real Casa Pia de Lisboa.”

Nestas instituições, os congressistas foram recebidos pelos diretores dos estabelecimentos.⁷¹

⁷¹ *Idem*, pp. 518-523.

Conclui-se que existiu uma mudança de paradigma no discurso municipalista entre o congresso de 1908 e o de 1909, tal como uma proatividade da vereação lisboeta no 2.º congresso, em contraponto com o congresso de abril de 1908.

A ligação do município foi desde logo formal, com a cedência dos Paços do Concelho e uma constante presença nos trabalhos do congresso, em especial na sessão de abertura com as “altas patentes” camarárias lisboetas a tomar parte ativa e elogiosa no evento, num intuito de granjear simpatias no seio dos professores portugueses.



9. Capa do Jornal Occidente de 30 de abril de 1909



10. Página 10 da Ilustração Portuguesa, 19 de abril de 1909

3.2 - O 1º Congresso Municipalista Português

O ideário republicano teve ao longo do último quartel do século XIX e no começo do século XX uma forte componente de crítica feroz às políticas centralistas monárquicas, que em muitas áreas esvaziavam o poder local de quaisquer competências significativas.

Foi, portanto, com naturalidade que o novo executivo republicano de Lisboa promoveu através do vereador Agostinho José Fortes a realização do 1º Congresso Municipalista de que há registo em Portugal, ocorrido entre 16 e 21 de abril nos Paços do concelho de Lisboa, com inúmeras atividades culturais, sociais e políticas.

O congresso presidido por Anselmo Braamcamp Freire teve 5 moções apresentadas e aprovadas, cuja moção sobre educação passamos a analisar.

O documento político sobre a instrução versou o tema da delegação de poderes do Estado Central em relação aos municípios, no que às escolas de Ensino Primário respeitava.

“These” 3 – “Restituição às Camaras Municipaes das Escolas de Ensino Primario”

Relator - Joaquim dos Reis Salema Caeiro, congressista da CML.

Uma *these* de duas páginas, bastante incisiva e objetiva é-nos apresentada pelo lisboeta Joaquim dos Reis Salema Caeiro, acérrimo defensor **de** que as competências relativas à *instrução publica, na parte relativa ao ensino primario* deveriam ter como principal motor as Camaras Municipais.

Na convicção de Joaquim dos Reis Salema Caeiro, a transversalidade destas responsabilidades deve ser geral: construção, conservação, arrendamento de edifícios para escolas e residência dos professores, fornecimento do material escolar e toda a cabimentação financeira para gestão corrente do ensino primário. Foi realizada uma responsabilização ao poder central e monárquico pelo *abandono* em que se encontravam inúmeros espaços escolares e à falta de condições de higiene de muitas escolas, que impedia o conforto de estudantes e professores. A tese argumentou que urgia efetuar reparações em muitas escolas e que o decreto de lei publicado a 27 de agosto de 1908 foi nefasto para os municípios, pois deixou os municípios à mercê dos subinspetores de Instrução Primária, que tinham poder e autonomia para autorizar despesas que seriam, sem exceção, oneradas aos municípios, e que o Estado tardava em reembolsar quando entendia que as despesas com reparações e educativas deviam ser ressarcidas aos municípios.

A mensagem política de Joaquim dos Reis Salema Caeiro não foi só “externa”, mas também se dirigiu às hostes do congresso criticando a falta de equidade na contribuição dos municípios para o fundo da *Instrução Primária*.

Nos considerandos apresentados na “These” submetida ao congresso, foi proposta a promulgação de uma lei *que estabeleça a contribuição proporcional ao número de habitantes* referindo *impõe-se como providencia justa e equitativa*.

Nas disposições finais, foram três as resoluções submetidas ao Congresso:

- 1) *Restituir às Camaras Municipaes as suas anteriores atribuições com respeito à parte administrativa das Escolas de ensino primario excepção feitas do pagamento de vencimento e nomeação dos professores e despesas correlativas que continuarão a cargo do Estado e a expensas dos Municipios;*
- 2) *Limitar as funções dos Sub-Inspectores Primarios á fiscalização das escolas e do material escolar e á parte technica do ensino;*

- 3) *Estabelecer a tributação proporcional ao número de habitantes com regresso para o cofre Municipal de saldo resultante do excesso de receita sobre a despesa realizada em Lisboa.*

3.2.1 - A sessão de Encerramento do Iº Congresso Municipalista

O incómodo gerado pelas instâncias centrais à pujança da organização do I Congresso Municipalista em Portugal ficou vincado com a recusa linear do Governo Civil de Lisboa em autorizar uma das atividades concebidas pela *Missão Elias Garcia* para o último dia do Congresso a 21 de abril: um cortejo de Associações e Coletividades cuja organização estava a cargo da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa.

Não obstante o impedimento legal, os poderes republicanos lisboetas convocaram cerca de 3000 crianças para desfilarem durante 90 minutos nos Paços do Concelho de Lisboa. Após o desfile todos os jovens entraram na sede do município a convite dos congressistas, então impressionados com a capacidade de mobilização e compromisso da “sociedade civil” com o poder político municipal.

A escolha das instituições e da faixa etária dos participantes, na sua esmagadora maioria em idade escolar, era sinónimo da capital importância que a 1ª Vereação Republicana conferiu ao setor da educação na cidade, e um “chamamento” para que os demais autarcas presentes seguissem o exemplo republicano lisboeta de incrementar as políticas educativas.

Em 2009, face ao trabalho da CML aquando do Centenário do Congresso Municipal de 1909, é-nos possível descrever de forma precisa e detalhada, através da disponibilização de diversas fontes historiográficas, as instituições que participaram numa tarde solarenga de domingo, a partir das 13h, a 21 de abril de 1909:

- Academia de Instrução Popular - 139 alunos;
- Asilo de São João – 34 alunos;
- Associação do Registo Civil – 23 alunos;
- Centro Escolar de Belém – 50 Alunos;
- Centro Escolar Democrático de São Miguel – 94 alunos;
- Centro Escolar Eleitoral Democrático Dr. Castelo Branco Saraiva – 80 alunos;
- Centro Escolar da Pena – 56 alunos;

- Centro Escolar Rodrigues de Freitas -31 alunos;
- Centro Escolar Republicano de Santos – 68 alunos;
- Centro Escolar Republicano das Mercês - 27 alunos;
- Centro Eleitoral e Escolar Alexandre Braga -74 alunos;
- Centro Republicano da Ajuda – 67 alunos;
- Centro Republicano António José de Almeida – 215 alunos;
- Centro Republicano Bernardino Machado – 61 alunos;
- Escola 31 de Janeiro – 42 alunos;
- Escola João Chagas – 67 alunos;
- Grémio Popular – 25 alunos;
- Sociedade de Instrução e Beneficência Infantil A Voz do Operário – 525 alunos de 4 escolas;
- Sociedade Promotora de Educação Popular – 52 alunos;
- Associação Escolar do Ensino liberal – 177 alunos;
- Associação “O Vintém das escolas” – 400 alunos de 5 escolas;
- Colégio João de Castro – 28 alunos;
- Colégio Liberal – 35 alunos;
- Colégio Particular – 37 alunos;
- Escola 3 de Setembro – 44 alunos;
- Escola das Cruzes de Sé – 50 alunos;
- Escola Democrática – 65 alunos.

Outras escolas e estabelecimentos de ensino que participaram, mas cujo nº de alunos não está detalhado:

- Centro Escolar Dr. Afonso Costa;
- Sociedade Promotora de Asilos, Creches e Escolas;
- Associação Protectora de Asilos;
- Colégio Florêncio Ferreira;

- Escola 1º de Janeiro;
- Escola Centro Capitão Leitão (Almada);
- Escola Jesus Maria José;
- Escola João de Castro;
- Escola Lusitana;
- Escola União Popular; Escola Universal. ⁷²



11. Panorama dos Paços do Concelho de Lisboa na sessão de encerramento do 1.º congresso municipalista português

⁷² Pesquisa de CAEIRO, Cristina, Câmara Municipal de Lisboa, Webgrafia <http://blx.cm-lisboa.pt/gca/index.php?id=1297>,

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE ÀS ATAS DAS REUNIÕES DE VERAÇÃO DA CML ENTRE 30 DE NOVEMBRO DE 1908 A 5 DE OUTUBRO DE 1910

O dia 30 de novembro de 1908 foi uma data histórica na cidade de Lisboa, ao realizar-se na capital portuguesa a primeira sessão camarária de um executivo inteiramente republicano.⁷³

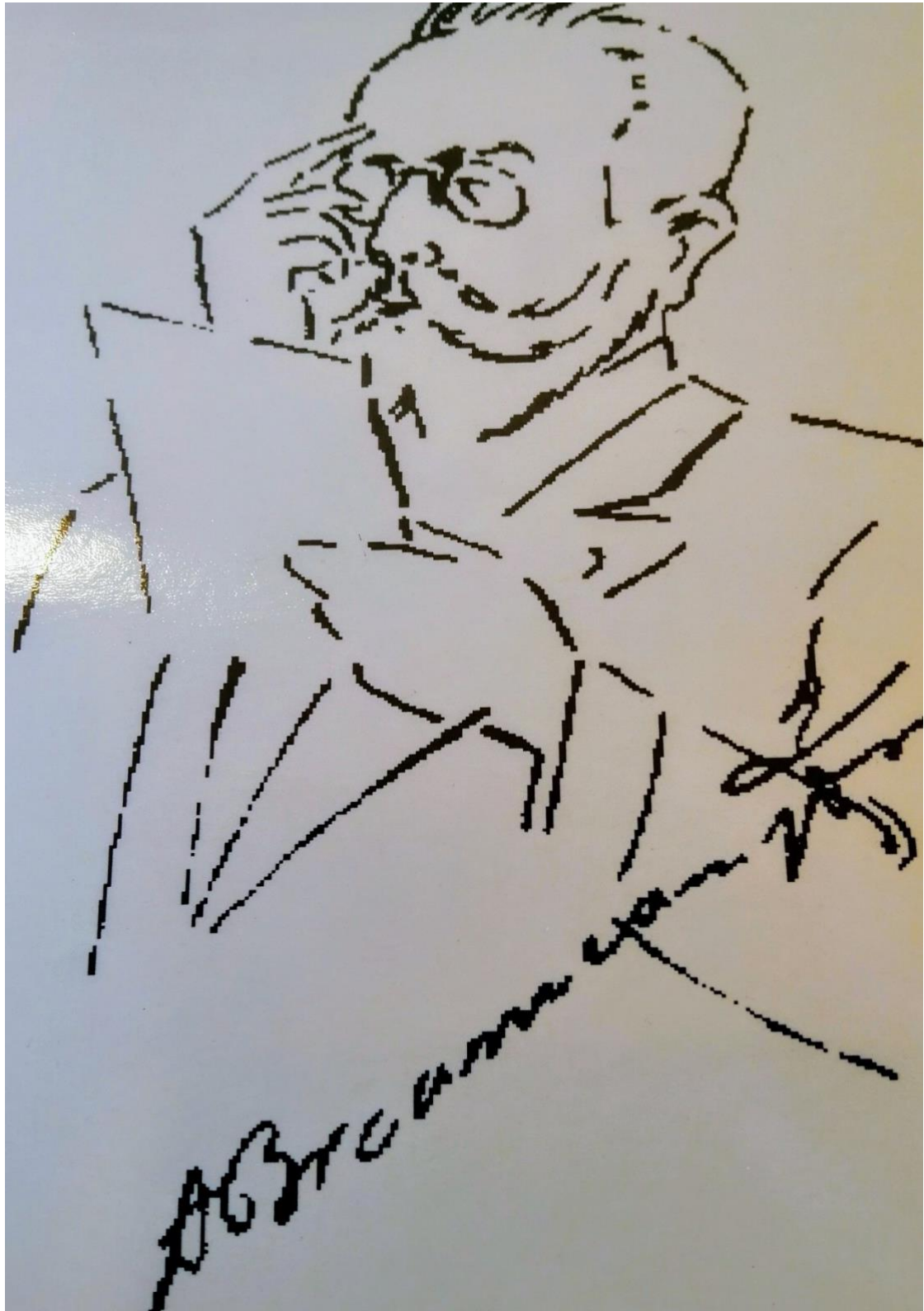
Esta reunião serviu essencialmente para a tomada de posse dos eleitos no dia 1 de novembro de 1908, com os trabalhos a começar, efetivamente, na sessão de 3 de dezembro de 1908.

Neste capítulo, iremos descrever e realizar uma análise diacrónica sobre as deliberações tomadas nas sessões da CML, no período compreendido entre 30 de novembro de 1908 e 5 de outubro de 1910, no que às questões de instrução e educação concerne.

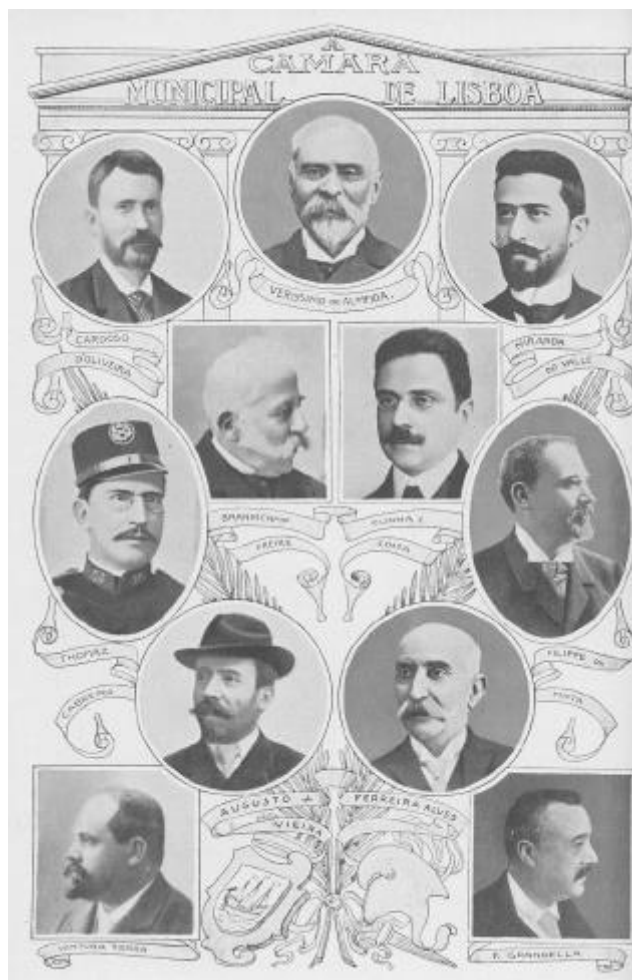
Não obstante os estudos Olissiponenses existentes, acreditamos que o contacto direto com as fontes oficiais da época constitui sempre o meio primordial para o acréscimo de conhecimento historiográfico.

O executivo lisboeta era liderado por Anselmo Braamcamp Freire, que oficialmente desempenhava o papel de Vice-Presidente devido à legislação nacional não o reconhecer oficialmente como Presidente da CML, panorama que só foi alterado após o dia 5 de outubro de 1910.

⁷³ *Livro de actas da Câmara Municipal de Lisboa no ano civil de 1908*, pp 383-384, LISBOA, CML



12. Postal alusivo à coleção "Anselmo Braamcamp Freire", adquirido na Loja Municipal de Lisboa.



13. 1ª Vereação Republicana de Lisboa

4.1 Análise Diacrónica

Nos próximos subcapítulos analisamos as questões mais relevantes apreciadas pelo executivo, no que se refere às questões de instrução e educação. A segmentação dos temas foi efetuada consoante a cadência e repercussão dos mesmos na vida da CML.

4.1.1 Cantinas Escolares

As cantinas escolares foram uma das questões mais sensíveis para a 1ª Vereação Republicana, sendo extremamente priorizadas, na retórica, pelos vereadores lisboetas. A alimentação dos estudantes foi vista como um vetor motivador para uma maior sensibilização das famílias à importância de as crianças frequentarem as escolas da cidade.

Na sessão inicial, a 3 de dezembro de 1908, o vereador Luiz Filipe da Matta, dentro do amplo pacote de medidas que apresentou, incluiu a seguinte proposta, que viria a ser aceite de forma unânime: “que se estude e formule o projecto para que, junto das escolas gratuitas, se estabeleçam cantinas infantis onde as creanças pobres encontrem por baixo preço ou mesmo gratuitamente, uma refeição sadia.”⁷⁴

Em 1909, na reunião de 21 de janeiro, o tema das cantinas escolares voltou à agenda política dos vereadores, com António Aurélio da Costa Ferreira a ser o protagonista, tomando as seguintes iniciativas:

“O reforço de subsídios e prémios para o setor escolar e da infância, nomeadamente creches, jardins d`infância, escolas maternas, escolas oficinas e escolas públicas, particularmente aquellas em que haja cantinas em caixas escolares.”⁷⁵

Na sequência dos considerandos apresentados propôs que a CML *tome a iniciativa de* “empregar os elementos necessários para a fundação d`uma *Sociedade Promotora e Organizadora de Cantinas Escolares*”. Ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade. Contudo, não foi especificado no teor das atas o modo como seriam implementadas pelo executivo municipal lisboeta.

Na sessão de 17 de fevereiro, A “*Junta de Parochia da Freguesia da Conceição Nova*” fez um pedido, solicitando a criação de uma cantina escolar na respetiva escola. A vereação tomou nota desta solicitação sem se comprometer com qualquer resposta.

A 8 de março, na 11ª Sessão⁷⁶, deu-se resposta a um pedido realizado na véspera desta reunião pelos corpos gerentes do “*Gremio Popular*”, a solicitar à CML a cedência gratuita de uma loja localizada na Rua dos Cordoeiros nº 50, 1º. Este espaço estava ocupado pela “*Associação de Socorros Mutuos Carlos José Barreiros*”, que iria adquirir uma sede própria. O “*Gremio Popular*” pretendia criar uma cantina escolar neste local. A CML aprovou por unanimidade e concordou com o pedido efetuado.⁷⁷

A 15 de junho, a Comissão encarregue de dinamizar uma *quermesse* no largo de São Miguel, com o intuito do financiamento das despesas da respetiva cantina

⁷⁴ *Idem*; p. 397

⁷⁵ *Idem*, p..46

⁷⁶ *Idem*, p.171

⁷⁷ *Idem*, p.173

escolar da freguesia, solicitou o empréstimo de vários artigos de ornamentação, a cedência gratuita do local e a isenção da *taboleta* na Cantina. Este pedido foi aprovado a 17 de junho na 24ª Sessão⁷⁸

Na reunião de 19 de agosto, que correspondeu à 33ª Sessão⁷⁹, deu-se conhecimento que, a 7 de agosto, a Comissão organizadora da “Cantina Escolar da freguesia de *Santa Catharina*” agradeceu à CML a cedência de bandeiras e vasos para ornamentação das salas do Grémio Popular e a presença do vereador Agostinho Fortes na sessão solene da inauguração da Cantina.⁸⁰

Não obstante as intenções da 1ª Vereação Republicana sobre as cantinas escolares, verificou-se que na discussão para o orçamento de 1910 não existiu enfoque no reforço direto de cabimentação de verba para estes equipamentos.

No ano de 1910, há registo de vários pedidos de apoio referentes a cantinas escolares:

A 23 de março, na 12ª Sessão⁸¹, a “*Cantina Escolar da Freguesia de São Miguel*” solicitou 30 bandeiras para a inauguração do símbolo desta entidade e, simultaneamente, pediu que a CML se fizesse representar institucionalmente neste evento. O vereador Manuel Caetano Alves foi o autarca indicado para estar presente na comemoração, em nome da edilidade.⁸²

A 21 de abril, na 16ª Sessão⁸³, a Comissão de Fazenda emitiu um parecer à CML, recomendando a atribuição de subsídios a várias cantinas escolares da cidade, sugestão que o executivo acatou, de forma condicional. Os seguintes espaços foram contemplados na proposta: Cantina de São Miguel: 18\$000 réis; Cantina de São Mamede 15\$000 réis; Cantina de *Santa Catharina*: 12\$000 réis; Cantina de Alcântara: 9\$000 réis e Cantina Solidária: 6\$000 réis. A atribuição efetiva destes valores às cantinas escolares estava pendente das receitas provenientes do Governo do Reino, e todas as direções das Cantinas Escolares tinham a obrigatoriedade de apresentar o seu relatório de contas anual para se efetivar o pagamento.⁸⁴

⁷⁸ *Idem*, p.338

⁷⁹ *Idem*, p.483

⁸⁰ *Idem*, p. 484

⁸¹ *Idem*, p.177

⁸² *Idem*, p.179

⁸³ *Idem*, p.253

⁸⁴ *Idem*, pp. 273-274

A 12 de maio, na 19ª Sessão⁸⁵, a “Associação Infantil do Gremio Republicano d’Alcantara” enviou um exemplar dos seus estatutos e indagou sobre a hipótese de receber um subsídio mensal. A CML deliberou aprovar um montante de 5\$000 réis mensais que fossem direcionados para o incremento das cantinas escolares deste estabelecimento.⁸⁶

A 19 de maio, na 20ª Sessão⁸⁷, o tema das cantinas escolares foi predominante na sessão camarária, com o vereador António Aurélio da Costa Ferreira a proferir um discurso, felicitando o trabalho desenvolvido pelo município no que se concerne às cantinas escolares da cidade, atribuindo esse fator como fulcral para que houvesse menos abandono escolar e, conseqüentemente, como fator persuasivo da ida de mais crianças às escolas da cidade lisboeta.

No entanto, o autarca acrescentou que urgia cabimentar mais verbas para a alimentação condigna dos alunos na Escola Luz Soriano, nomeadamente durante o período do recreio. Nesse sentido, sugeriu um aumento da verba em “20\$000 réis mensais para a distribuição de um copo de leite diário por aluno nos dias de funcionamento da escola”.⁸⁸ Referiu ainda que era necessário a garantia da qualidade do leite ofertado aos alunos, pelo que este bem alimentar deveria ser adquirido no “*Lactario de Lisboa*”, que estava integrado na “*Associação Protectora da 1ª Infancia*”.

Estas propostas foram aprovadas por aclamação.⁸⁹

Ainda nesta reunião, a “Cantina Escolar de S. Jorge d’Arroyos” solicitou um subsídio à CML. O executivo deliberou conceder 6\$000 réis por mês.⁹⁰

No dia 25 de maio, no âmbito da 21ª Sessão⁹¹ camarária, a CML recebeu um convite para estar presente na inauguração da “Cantina Escolar da freguesia de Santa Catarina”. Foi deliberado que o vereador António Aurélio da Costa Ferreira representaria a autarquia neste evento.⁹²

Uma semana após as propostas sobre a alimentação dos alunos na Escola Luz Soriano terem sido aclamadas no seio do executivo da CML, António Aurélio da Costa Ferreira proferiu um discurso sobre o estado da *instrucao* em Portugal.

⁸⁵ *Idem*, p.307

⁸⁶ *Idem*, *idem*

⁸⁷ *Idem*, p. 332

⁸⁸ *Idem*, pp. 336; 337

⁸⁹ *Idem*, p. 337

⁹⁰ *Idem*, p.348

⁹¹ *Idem*, p.356

⁹² *Idem*, p. 358

Referiu que “*não se deve unicamente combater o analfabetismo mas também a ignorância*” e salientou “*Não basta saber lê é preciso, principalmente, compreender, aquilo que se lê*”.

A 21 de julho, na 29ª Sessão⁹³, a “Cantina Escolar de Alcântara” solicitara no dia 11 desse mesmo mês a cedência de salas na biblioteca municipal desta freguesia para realizar a festa do 1º Aniversário da Cantina. A CML autorizou o pedido da direção da Cantina.⁹⁴

A 28 de julho, na 30ª Sessão⁹⁵, a “Cantina Escolar d’Alcantâra” solicitou a cedência de vasos com plantas para ornamentar a sala e escadaria deste espaço, para a festa do seu aniversário. A CML acedeu a este pedido e indicou o vereador Affonso de Lemos como representante da autarquia na sessão solene de aniversário da Cantina.⁹⁶

No dia 4 de agosto, realizou-se a 31ª Sessão⁹⁷, sendo que na antevéspera da reunião, a 2 de agosto, a direção da “Cantina Escolar da Freguesia de São Miguel” solicitou, por via de empréstimo, a cedência de vasos com plantas para ornamentação das suas salas, de modo a assinalar o aniversário desta Cantina. Este pedido foi validado pela CML.⁹⁸

Conclui-se que a CML acatou todos os pedidos que chegaram à edilidade, respeitantes ao tema das cantinas escolares, sem, no entanto, passar da retórica à prática as intenções demonstradas na reunião de 3 de dezembro de 1908.

4.1.2 – Jardins de Infância/Apoio a Escolas de Jardinagem

À semelhança do tema das Cantinas Escolares, também os Jardins de Infância entraram na agenda política republicana desde a 1ª sessão camarária lisboeta pela voz do vereador Luiz Fillipe da Mata para “que se estude e formule um projecto para a criação de jardins de infancia.”

Em 1909, a 28 de janeiro, na 4ª Sessão⁹⁹, foi o vereador António Aurélio da Costa Ferreira que assumiu a liderança da defesa do sector educativo. Apelou à melhoria da

⁹³ *Idem*, p.490

⁹⁴ *Idem*, *idem*

⁹⁵ *Idem*, p.505

⁹⁶ *Idem*, p.507

⁹⁷ *Idem*, p.517

⁹⁸ *Idem*, pp.520-521

⁹⁹ *Idem*, p. 54

higiene urbana nos jardins públicos de Lisboa, em especial nos jardins-escola, que descreveu da seguinte forma: “são os melhores laboratórios, os melhores campos para a cultura physica intelectual e moral da criança. Tem ainda a convicção de que estes locais tornavam o ensino mais facil, interessante e util.”¹⁰⁰

As escolas de jardinagem também foram objeto de trabalho e discussão pelo executivo republicano. A título de exemplo, a 4 de março de 1909, a 3ª repartição da CML referiu que os alunos da Escola Luz Soriano teriam melhores condições para a prática da jardinagem nos jardins da “Estrella” e do Campo Grande, embora o local preferencial fosse o Parque Eduardo VII.¹⁰¹ A 1 de abril do mesmo ano, na 13ª Sessão¹⁰², deu-se conta que a 22 de março, chegou um pedido da Escola Luz Soriano para a nomeação de um técnico de instrução que capacitasse os alunos para a prática de trabalhos de jardinagem. A CML decidiu alocar um dos seus trabalhadores para esta função, o jardineiro Nery.¹⁰³

A 1 de julho, na 25ª Sessão¹⁰⁴, os vereadores António Alberto Marques e António Aurélio da Costa Ferreira propõem a criação de uma escola de jardinagem no Parque Eduardo VII para usufruto das crianças da Escola Luz Soriano.

Esta proposta foi alvo de intensa discussão, não pelo propósito do seu conteúdo e intuito, mas pela nomenclatura utilizada. Os vereadores Miguel Ventura Terra, Tomás Cabreira, José Veríssimo de Almeida e Miranda do Valle não concordavam com o termo “escola”, pois, na sua ótica, a construção de um estabelecimento escolar tinha repercussões de ordem financeira grandes, derivado da importância que a “instituição escola” deveria ter. Foi então deliberado que seria construído um “barracão” para abrigar os alunos da Escola Luz Soriano, aquando dos seus trabalhos de jardinagem no Parque Eduardo VII.

De referir que no périplo do debate, o Vereador José Veríssimo D’Almeida afirmou que os municípios deviam ter todas as competências no que concerne à *instrucção do povo* em detrimento do governo do Reino, referindo em tom elogioso o papel fulcral dos Centros Republicanos que eram catalisadores da criação de escolas na cidade de Lisboa.¹⁰⁵

¹⁰⁰ *Idem*, p.72

¹⁰¹ *Idem*, *idem*

¹⁰² *Idem*, p.197

¹⁰³ *Idem*, p 199

¹⁰⁴ *Idem*, p.368

¹⁰⁵ *Idem*, pp.381-383

4.1.3 – Relação com instituições da cidade e Festa da Árvore

Os republicanos lisboetas tiveram no apoio à realização de festas cívicas uma das suas bandeiras no suporte a instituições que trabalhavam no setor da educação e da instrução. A cedência de objetos para ornamentações foi anuída de forma amiúde pela CML, no âmbito dos pedidos que chegavam à edilidade.

Uma das primeiras aparições institucionais do executivo lisboeta ocorreu precisamente a dia 15 de dezembro de 1908 com a presença na Festa da Árvore, organizada pela LNI.

A 24 de dezembro, na 4ª Sessão de 1908¹⁰⁶, o vereador José Miranda do Vale (1877-1966) informou o executivo ter estado presente com Luiz Fillipe da Mata e José Veríssimo D'Almeida (1834-1915) na Festa da Árvore, organizada pela LNI, que se realizou na Avenida Casal Ribeiro. Regozijou-se com a iniciativa e propôs que fosse solicitada autorização à “*Sociedade Companhias Gaz e Electricidade*” para a colocação de uma placa alusiva a esta festa, na avenida acima mencionada.

Em 1909, a 11 de janeiro, a CML recebeu um pedido de autorização da “*Associação da Imprensa Portuguesa*” para a realização de “festivae nocturnos nos meses de julho e agosto, aos domingos e dias santificados”. As receitas destes eventos reverteriam a favor do cofre de beneficência da Instituição. O executivo camarário aceitou o pedido, mas apenas se contivesse a adição de uma cláusula proposta pelo vereador Agostinho José Fortes: “que uma vez por semana as creanças das escolas primárias e azylos deveriam ter entrada gratuita.”¹⁰⁷

Na reunião de 17 de fevereiro correspondente à 7ª Sessão¹⁰⁸, foi dado conta que a 4 de fevereiro, o Reitor do “*Lyceu Central de Lisboa – 3ª zona*” solicitou o empréstimo de objetos decorativos para serem usados na festa desta escola, que se realizaria a 20 de fevereiro. Este pedido foi autorizado pelo executivo.¹⁰⁹

A 25 de fevereiro, na 8ª Sessão¹¹⁰, a “*Comissão de Amadores de Avicultura*” requereu autorização para realizar uma exposição de aves no Parque Eduardo VII, em condições semelhantes ao ano transato. O vereador José Miranda do Vale incentivou esta medida, mas exigiu que a entrada para “creanças das escolas, quando

¹⁰⁶ *Idem*, p. 436

¹⁰⁷ *Idem*, P. 23

¹⁰⁸ *Idem*, p.109

¹⁰⁹ *Idem*, p.111

¹¹⁰ *Idem*, p.124

acompanhadas por professores, fosse gratuita”. A exigência desta cláusula foi aprovada por unanimidade pelo restante executivo.¹¹¹

A 7 de abril, na 14ª Sessão¹¹², foi realizado um pedido institucional por parte da Comissão de Sócios da “*Sociedade Promotora de Azylos, Creches e Escolas*”, solicitando a cedência, por empréstimo, de bandeiras, mastros e escadas¹¹³. Este material serviria para ornamentar o quintal da “Escola Officina N.º1” nos meses de maio e junho, local onde se iria realizar a “*Kermesse*”, em prol da tesouraria da escola.

Pedido semelhante foi feito pela “Comissão de Festas do *Bairro Grandella*”, de São Domingos de Benfica, para a realização de uma festa em meados de junho, cuja receita reverteria a favor das escolas liberais da freguesia.

O executivo deliberou conceder ambos os empréstimos.¹¹⁴

A 13 de maio, na 19ª Sessão¹¹⁵, o executivo da CML aprovou o empréstimo de plantas de ornamentação da sala de banquete para a “*Sociedade Promotora de Asylos, Creches e Escolas*.”¹¹⁶ . A 22 de julho, na 29ª Sessão¹¹⁷, foi dado conta que a 14 de julho o “Grupo Republicano de instrução e beneficencia Thomaz Cabreira” solicitara a cedência de arbustos e *verdura* para a ornamentação da sua sede social, com inauguração prevista a 25 de julho de 1909. Este pedido foi concedido pela CML.¹¹⁸

A 14 de outubro, na 41ª Sessão¹¹⁹, a direção do “Grupo Republicano de Instrução e beneficencia Thomaz Cabreira” solicitou à CML o empréstimo de bandeiras, plantas e vasos para a ornamentação da sua sede por ocasião da abertura das aulas, e convidou a CML para se fazer representar institucionalmente. A CML acedeu ao pedido de empréstimo e fez-se representar pelo vereador que dá o nome a este grupo, Thomaz Cabreira.¹²⁰

Na reunião de 18 de novembro a 47ª Sessão¹²¹, há registo que a 13 daquele mês a direção da “Sociedade de beneficência Solar do Bem” solicitou a oferta de flores para uma festa destinada às crianças mais necessitadas e carenciadas da freguesia de

¹¹¹ *Idem*, p. 136

¹¹² *Idem*, p. 214

¹¹³ *Idem*, p.221

¹¹⁴ *Idem*, *idem*

¹¹⁵ *Idem*, p. 271

¹¹⁶ *Idem*, p. 274

¹¹⁷ *Idem*, p. 420

¹¹⁸ *Idem*, p. 423

¹¹⁹ *Idem*, p.616

¹²⁰ *Idem*, p.618

¹²¹ *Idem*, p. 725

“Arroyos”. Este evento iria promover a distribuição de vestuário por estas crianças e premiar os quatro melhores alunos das escolas gratuitas desta freguesia. A CML deliberou autorizar a cedência de flores.¹²²

4.1.4 – Infraestruturas

No último dia do ano civil de **1908** foi feito um forte alerta em relação às questões de salubridade nas escolas.

A intervenção do vereador António Aurélio da Costa Ferreira alertou para a falta de condições de higiene em várias escolas dos bairros da cidade devido à inoperância na construção de novas escolas: “nos novos bairros não se tem cuidado da construção de escolas, continuando as crianças em escolas anti-higienicas e pagando com a saúde a instrução que recebem.”¹²³

O vereador aludiu à premissa que determinava a implementação de uma capela em tempos idos, cada vez que um bairro novo era construído em Lisboa, e defende que esta equação devia ser modificada “actualmente é indispensavel que a escola substitua a Capella”.

Face à explanação dos considerandos apresentados, fez duas propostas que foram aprovadas pelo executivo (não é possível aferir se por unanimidade, pois tal dado, não está explícito nesta ata):

“1ª – Que seja procurado um terreno camarário na freguesia de São Sebastião da Pedreira para a edificação de escolas com as respetivas condições de higiene;

2ª – Que os técnicos da CML realizem uma vistoria ao edifício da Escola Luz Soriano, para que as carências da infraestrutura sejam colmatadas e intervencionadas pelos executivos camarários”

Já em 1909, a 28 de janeiro, na 4ª Sessão¹²⁴, em tom de alerta, o vereador António Aurélio da Costa Ferreira lamentou a morosidade nas intervenções na Escola Luz Soriano. Noutra perspetiva, regozijou-se com a atividade da “*Associação das Escolas*”

¹²² *Idem*, p. 728

¹²³ *Idem*, p. 458

¹²⁴ *Idem*, p. 54

Moveis”, cujo instrumento pedagógico utilizado é a Cartilha Maternal.¹²⁵ O autarca propôs “*calorosamente*” a criação de uma escola com o nome de João de Deus.¹²⁶

A 4 de fevereiro, na 5ª Sessão¹²⁷, o vereador António Aurélio da Costa Ferreira relatou que visitou a Escola Luz Soriano, mostrando enorme preocupação com as “*péssimas condições higienicas e pedagógicas*”, não deixando, porém, de elogiar o professor responsável deste estabelecimento escolar pelos esforços desenvolvidos. Na sequência do trabalho de terreno efetuado, propôs que enquanto não decorrerem melhorias infraestruturais no estabelecimento, o número de alunos se mantivesse em 26, e que se criassem condições para o recreio condigno das crianças da escola. Foi também proposto e aprovado um aumento da cabimentação orçamental do município para esta escola, com base no rendimento do “*legado Simão da Luz Soriano*”.

O vereador Luiz Fillipe da Matta felicitou a aprovação destas propostas e a defesa dos valores da instituição, queixando-se das dívidas do governo nacional à CML na ordem dos três contos de réis, verba referente às inscrições dos alunos. Exigiu que esse dinheiro seja entregue o quanto antes.¹²⁸ Lamentou ainda a inexistência de uma escola junto à Casa de Santo António.

A Escola Luz Soriano foi precisamente o epicentro das preocupações republicanas no que às infraestruturas escolares respeitava.

No dia 11 de fevereiro, na 6ª Sessão¹²⁹, foi conferida uma licença municipal para a criação de uma “*Comissão Installadora do Centro Escolar Santos e Silvério*.”¹³⁰

A 23 de março, Ilda Adelina Jorge, representante da Comissão de Propaganda das “*Escolas Maternaes*”, pediu à CML a cedência de um terreno na “*projectada Avenida Rato Estrella*”, com o propósito da edificação de um jardim-escola João de Deus e cujo projeto da escola estava pronto para ser apresentado à CML. O executivo deliberou que quando a Avenida fosse aberta solucionaria este assunto.¹³¹

¹²⁵ *Idem, idem*

¹²⁶ *ibidem*

¹²⁷ *Idem, p. 78*

¹²⁸ *Idem, p.88*

¹²⁹ *Idem, p.93*

¹³⁰ *Idem, p.105*

¹³¹ *Idem, p. 189*

4.1.5 - Apoio a associações fora do concelho de Lisboa

O PRP usou o seu poder político na CML para aumentar o espectro de influência na vida política nacional, pelo que se prende do maior interesse dissecar a relação da autarquia de Lisboa com instituições de outros municípios.

Em 1909, a 24 de março, o vereador Luiz Fillipe da Mata deu nota de um ofício enviado pela Professora Anna de Castro Osorio (1872-1935) da Escola Liberal de Setúbal a agradecer ao município de Lisboa em nome das alunas os “eucalyptos oferecidos para a festa da arvore, que ali se realizou” ¹³².

Na véspera desta reunião de 19 de maio, correspondente à 20ª sessão camarária que decorreu a 18 de maio, um “grupo de *senhoras*” – como foi descrito na ata da reunião da CML - propõe a realização de um sarau na sala de “*Ilustração Portuguesa*”, solicitando plantas. As receitas deste evento reverteriam para a edificação de escolas no Ribatejo. O pedido foi autorizado pela CML. ¹³³

Na sessão seguinte de 27 de maio foi dado conta que a Comissão de alunos da “*Escola Polytechnica de Lisboa*” fez saber que ficou encarregada de construir uma escola primária em Benavente. Tinham como intento realizar uma festa desportiva no Velódromo da Palhavã, e solicitavam um apoio pecuniário à CML que decidiu atribuir um *premio* de 20\$000 réis a esta comissão de alunos. ¹³⁴

Em 1910, a 24 de fevereiro, na 8ª Sessão ¹³⁵, foi abordado um pedido do dia 9 em que a Presidência da LNI solicitou 30 árvores para serem plantadas na Festa da Árvore pelo “Nucleo da Liga Nacional de Instrucção do Barreiro”.

A 12 de maio na 19ª Sessão ¹³⁶, mais um pedido extra concelhio chegou à CML, proveniente da “Comissão de Benifencia e Ensino da Arruda dos Vinhos” com o aferimento da cedência de 6 árvores para plantar na sua festa escolar que teria lugar no dia 15 de maio. O executivo camarário deliberou autorizar este pedido. ¹³⁷

Em suma, o entusiasmo do executivo lisboeta foi uma realidade, aquando de pedidos extra concelhos que chegavam à CML

¹³² *Idem*, p.192

¹³³ *Idem*, p.284

¹³⁴ *Idem*, p.297 – O que na conjuntura atual se designa de “subsídios” tinha a nomenclatura de “premio”

¹³⁵ *Idem*, p.108

¹³⁶ *Idem*, p.307

¹³⁷ *Idem*, p.310

5. REFLEXÕES FINAIS

Com base nos estudos pesquisados e nas fontes primárias que foram alvo do objeto de trabalho, a análise de extração dos factos mais relevantes referentes à área da educação e instrução na cidade de Lisboa no período cronológico definido (com os respetivos anos antecedentes), leva-nos a concluir que a aposta no sector da instrução e educação foi uma clara prioridade por parte do executivo sufragado nas listas do PRP para a CML, a 1 de novembro de 1908.

Torna-se também evidente que a força das instituições já existentes “facilitou” a vida da CML, que, à exceção do programa “banhos de mar” e de propostas pontuais dos seus vereadores - “Ex: reforçar a alimentação dos alunos” -, não implementou projetos estruturais de forma vincada que mudassem de forma substancial o rumo e a vida da cidade nas áreas da instrução e educação. Em contraponto, a presença institucional, mostrando que o simbolismo é impreterivelmente uma marca da “galáxia republicana”, foi sempre tida de forma extremamente séria pelo executivo municipal, que jamais deixou de estar em contacto permanente com a comunidade educativa da cidade, quaisquer que fossem as suas proveniências geográficas ou possíveis tendências monárquicas ou republicanas. As políticas educativas permitiram aos vereadores da CML diversas aparições públicas, disponibilizar recursos da edilidade para entidades externas e alargar a esfera de ação lisboeta para outros municípios do país através de solicitações provenientes de municípios e associações que não estavam geograficamente localizadas no concelho de Lisboa. Esta dimensão “Extra concelhia” parece-nos bastante relevante, pois a 1ª vereação republicana de Lisboa assumiu um papel liderante na tentativa de criar um novo paradigma municipalista português, que simultaneamente tivesse o “condão” de “converter” presidentes de câmara monárquicos a aderir aos ideais republicanos, defensores de um municipalismo na linha dos ideais preconizados por José Félix Henriques Nogueira.

Uma das conclusões a que esta dissertação chega, é que o diálogo entre o poder municipal e o governo do reino português no que á área da educação respeita, teve uma perspectiva de reivindicação e confrontação por parte do executivo municipal lisboeta, ao invés, de uma política concertada e de articulação, entre poder local e nacional. A título de exemplo, no I Congresso Municipalista Nacional, verificam-se críticas ferozes ao sistema centralista que norteava, na ótica republicana, a gestão das escolas primárias em Portugal, assistindo-se à exigência dos republicanos lisboetas que a gestão destas escolas fosse efetuada pelos municípios, sem intervenção do governo do Reino e dos inspetores.

Paralelamente, no 2º Congresso da LNI, a ausência de qualquer representante do ministério do reino é politicamente notória e são os representantes da CML a assumir o diálogo com os Professores de todo o país que atendem a este momento simbólico.

O legado da 1ª Vereação Republicana na área da educação e instrução

Recuando até aos antecedentes históricos, da segunda metade do século XIX e realizando uma analogia com a 1ª vereação republicana, verifica-se que os impactos das medidas tomadas por José Elias Garcia foram mais significativos para Lisboa do que os da 1ª Vereação republicana.

As políticas estruturais do executivo liderado pelo PRP na capital portuguesa, foram escassas e, ao invés de Elias Garcia que havia implementado medidas inovadoras na orgânica da edilidade e na vida escolar da cidade, no caso da 1ª vereação republicana, a agenda foi profundamente recativa, tendo como sua iniciativa disruptiva a criação do programa “Banhos de Mar”. Há a registar também preocupações amiúdes com a alimentação das crianças em seio escolar.

Esperamos que esta dissertação possa ser mais um contributo para o aprofundamento do estudo da história do municipalismo português e das políticas olisiponenses na área da instrução e educação, para que mais investigadores e historiadores possam explorar novos eixos e campos de análise sobre os temas trabalhados na presente dissertação.

6. LOCAIS DE INVESTIGAÇÃO

Biblioteca do ISCTE-IUL

Biblioteca da FCSH – Universidade Nova de Lisboa/Centro República

Biblioteca Nacional Portuguesa

Biblioteca da Faculdade de Letras de Lisboa

Fundação Mário Soares – arquivo e biblioteca

Hemeroteca Municipal de Lisboa

Instituto da Educação de Lisboa

Museu República e Resistência

Museu da Cidade de Lisboa

7. ENTREVISTAS

Dia 4 de setembro de 2020 às 10h00 – Entrevista ao Professor Doutor Joaquim Pintassilgo no Instituto de Educação de Lisboa sobre a Festa da Árvore, a educação em Portugal no último quartel do século XIX e começo do século XX, a relação entre a Educação e a República;

Dia 4 de setembro de 2020 às 12h00 – Entrevista à Professora Isabel Ruivo no Museu João de Deus versando o tema da Cartilha Maternal;

Dia 4 de setembro de 2020 às 12h30 – Entrevista à Dra. Elsa Rodrigues no Museu João de Deus, com foco na história da Associação de Escolas-Móveis João de Deus;

Dia 8 de outubro de 2020 às 14h00 – Entrevista à Doutora Eunice Relvas na Hemeroteca Municipal de Lisboa.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADÃO, Áurea e GONÇALVES, Maria das Neves (2007), *Instrução Pública no Portugal de Oitocentos, Da administração centralizada a gestão periférica*, Livros Horizonte, Lisboa.

ADÃO, Áurea (2018), *O Ensino Primário no Portugal de Oitocentos (1820-1880): Génese e Estruturação Político-Administrativa*, Associação de História da Educação de Portugal, Lisboa.

ALVES, Luís Alberto Marques & PINTASSILGO, Joaquim (Coord.) (2017), *Investigar, intervir e preservar em história da educação*, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Porto.

ALVES, Luís Alberto & PINTASSILGO, Joaquim (Coord.) (2019), *Roteiros da inovação pedagógica, Escolas e experiências de referência em Portugal no século XX*, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa.

BARROSO, João (1995), *Os Liceus, Organização pedagógica e administração (1836-1960)*, I Volume, Textos Universitários de Ciência Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

BECKER, Annette & TOSTÕES, Ana & WILFRIED, Wang (1997), *Arquitectura do Século XX, Portugal*, Prestel, Munique.

BETTENCOURT, Francisco (1998), *História da Expansão Portuguesa, vol.4*.

CAMPOS, Nuno (1998), *Os Primeiros “Banhos de Mar” infantis nas praias do Rio Tejo: uma iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa da Primeira República*, Lisboa, Cadernos do Arquivo Municipal nº 2.

- CAMPOS, Nuno (1999), *A Câmara Municipal de Lisboa e a descentralização: a criação do Pelouro da Instrução e a política educativa para a infância*, Lisboa, Cadernos do Arquivo Municipal n.º 3.
- CAMPOS, Nuno (2000), *A primeira campanha de alfabetização para trabalhadores camarários de Lisboa (uma trajectória do Liberalismo à Primeira República). Da primeira escola primária n.º 3 à Escola do Matadouro*, Lisboa, Cadernos do Arquivo Municipal n.º 4.
- CASTELO, Cláudia (2002), *Serviço Geral de Beneficência*, Lisboa, Cadernos do Arquivo Municipal n.º 6.
- CATROGA, Fernando (1991), *O Republicanismo em Portugal: Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras.
- COSTA, Rui Manuel Afonso da (2012), *A assistência escolar no ensino primário em Portugal (últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX)*, Lisboa.
- FERRÃO, Carlos (1976), *História da 1ª República*, Lisboa, Terra Livre.
- FERREIRA, Teophilo (1883), *Relatório do Pelouro da Instrução da CML, ano 1882*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.
- FERREIRA, José Dias e FRANCO, João, *1892 – 1913, Colecctiva da Comissão executiva*, Lisboa.
- FREITAS, Joana Gaspar de (2011), *Manuel de Arriaga, Percurso Intelectual e Político de um Republicano Histórico (1840-1917)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- GONÇALVES, Maria da Graça (2012), *As bibliotecas na I República: do discurso político á visão dos intelectuais*, Instituto de Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- HISTÓRIA, Ler (2010), Edição n.º 54, Lisboa;

HISTÓRIA, Ler (1994), *Lisboa: perspectivas sobre o passado (nº26)*, Lisboa.

JARDIM, Dr. Luíz (1877), *A instrução primária no município de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.

LEAL, Ernesto Castro (2009) – *Republicanismo e Descentralização: O Congresso nacional municipalista de 1909*, texto policopiado, Lisboa.

LISBOA, Câmara Municipal de (2009), *À Urna pela Lista! Centenário da Vereação Republicana em Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa-

LISBOA, Câmara Municipal de (2009), *“Viva a Autonomia Municipal!” O Congresso Municipalista de 1909 – Roteiro de Exposição*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.

LISBOA, Câmara Municipal de (2010), *Colóquio Nacional Lisboa e a República: Centenário da Vereação Republicana de Lisboa 1908-2008: actas*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

LISBOA, Câmara Municipal de (2011), *A vida Cultural na Lisboa da I República (1910-1926)*, *Actas do Colóquio Nacional*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa

LISBOA, Câmara Municipal de (2009), *Lisboa Republicana Espaço e Memória: 1910 – 1926*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

LOPES, Fernando Farelo (1994), *Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Estampa.

MANGORRINHA, Jorge (2007), *Lisboa Republicana*, Lisboa, Cadernos do Arquivo Municipal nº 9.

MAGALHÃES, Paula Gomes (2014), *Belle Époque A Lisboa de finais do Séc. XIX e Início do Séc. XX*, Lisboa, A Esfera dos Livros-

MARIANO, FÁTIMA (2011), *As mulheres e a I República*, Caleidoscópio, Casal de Cambra-

- MARQUES, A.H. de Oliveira (1978), *História da 1.ª República Portuguesa: As estruturas de base*, Lisboa.
- MARQUES, A.H. de Oliveira (1997), *Guia de História da I República*, Editorial Estampa, Lisboa.
- MARQUES, A.H. de Oliveira (2010), *A Primeira República Portuguesa*, Texto Editores, Lisboa.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2006), *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*, Temas & Debates, Lisboa.
- NOGUEIRA, J. Félix Henriques (1856), *O município no século XIX*, Typ. Do Progresso, Lisboa.
- NÓVOA, António (Coord.) (2003), *Liceus de Portugal*, Edições Asa, Lisboa
- PEREIRA, José Augusto e FERREIRA, António Gomes (2009) *António Aurélio da Costa Ferreira – Um educador na Primeira República*, Casa Pia de Lisboa, Lisboa.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1976/1994), *A primeira República: projetos e realizações*”, *in Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Lisboa, pp. 208-217
- PEREIRA, Miriam Halpern (2016), *A Primeira República – Na fronteira do liberalismo e da democracia*, Lisboa, Gradiva.
- PINTO, António Costa e FERNANDES, Paulo Jorge (2010), *A 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Clube do Colecionador dos Correios.
- RAMOS, Rui (2010), *O Cidadão Keil*, Lisboa, Dom Quixote.
- RELVAS, Eunice (2010), *A acção cultural da Câmara Municipal de Lisboa na Primeira República*, Lisboa, Cadernos do Arquivo Municipal nº 10.

- RELVAS, Eunice Marisa Martins (2014), *Eleições Municipais em Lisboa na Primeira República (1910-1926)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa.
- RODRIGUES, Teresa (1995), *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista – Migrações, mortalidade e desenvolvimento*, Edições Cosmos, Lisboa.
- ROLLO, Maria Fernanda (Coord.) (2014), *Dicionário de História da I República e Republicanismo*, Lisboa.
- ROSAS, Fernando (2010), *Lisboa Revolucionária (1908-1975)*, Lisboa, Tinta da China.
- RIBEIRO, Lia (2011), *A popularização da cultura republicana: 1881-1919*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SERRA, João Bonifácio (1988), *As reformas da administração local de 1872 a 1910*”, in. *Análise social*, nº103-104, pp. 1037 -1066, Lisboa.
- Silva, Carlos M. (2018), *um símbolo da vontade republicana de reformar o ensino normal: o edifício da Escola Normal Primária de Lisboa. In O Edifício da Escola Superior de Educação de Lisboa: 100 Anos a Formar Professores (1916-2016)*. Ciclo de Conferências, 19 – 36, Lisboa: Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Lisboa.
- SILVA, Paulo Fernando Fino da Cruz (2004), *O Federalismo e o Municipalismo na Primeira República Portuguesa (1910-1926)*, Tese de Mestrado em História Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- VALE, José Miranda do (1953) – *Anselmo Braamcamp Freire (1849-1921): sua actividade política*, Seara Nova, Lisboa.
- VALENTE, Vasco Pulido (2010), *A República Velha -1910-1917*, Alêtheia Editores, Lisboa.

VENTURA, António (1999), *A Carbonária em Portugal*, Biblioteca Museu e Resistência, Lisboa.

8.1 - Fontes Primárias

- Atas das sessões da CML de novembro e dezembro de 1908 e dos anos civis de 1909 e 1910. Disponíveis na Hemeroteca Digital de Lisboa.

- Atas das *Theses* apresentadas no I Congresso Municipalista de 1909 Disponíveis na Hemeroteca Digital de Lisboa.

- Estatutos da Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus (1882, 1892 e 1908).

- INSTRUCÇÃO, Liga Nacional de (1908), *1º Congresso Pedagógico, Instrução Primária e Popular*, Imprensa Nacional, Lisboa.

- INSTRUCÇÃO, Liga Nacional de (1909), *Segundo Congresso Pedagógico*, Imprensa Nacional, Lisboa.

- INSTRUCÇÃO, Liga Nacional de (1913), *Terceiro Congresso Pedagógico*, Imprensa Nacional, Lisboa, (Este congresso foi realizado em abril de 1912).

- Jornal “*O Occidente*” e “*Ilustração Portuguesa*” disponíveis na Hemeroteca Digital de Lisboa;

9. WEBGRAFIA

<http://ww3.aeje.pt/avcultur/avcultur/LuisJordao/CadernAlentejo/Caderno04/Imagens/AgostinhoFortes.jpg>

<https://www.apsruasdelisboacomhistrria.blogspot.com/2008/03/rua-de-alcntara.html>

<http://www.centenariodarepublica.org/centenario/2009/01/20/figuras-da-1%C2%AA-vereacao-republicana-1908/>

www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt

<https://www.publico.pt/2009/07/15/culturaipsilon/noticia/lisboa-museu-da-cidade-comemora-hoje-um-seculo-de-vida-1391836>

<http://rbscd.cm-santacombadao.pt/a-festa-da-arvore-de-1913-nos-jornais-de-santa-comba-dao-exposicao-documental/>

10. ANEXOS

- **Anexo A e B - Lista de vereadores da educação e de instrução da CML**

Na obra “*Inventários do Arquivo Municipal de Lisboa – Serviço de Instrução Municipal - 1873-1926*”, editada pelo Departamento de Património Cultural/Divisão de Arquivos da CML em 1999, temos acesso à lista de vereadores da educação e de instrução que a CML teve neste espaço cronológico, conforme anexos abaixo.

- **Anexo C - Cartaz alusivo à exposição comemorativa do Centenário do Congresso Municipalista de 1909**



Disponível em - <http://www.geo.cm-lisboa.pt/index.php?id=6278>

Portal consultado a 10 de outubro de 2020

- Anexo D - Cantina Escolar de Alcântara em agosto de 1909



Fotografia de Joshua Benoliel

Disponível em: <https://www.apsruasdelisboacomhstria.blogspot.com/2008/03/rua-de-alcntara.html>

Portal consultado a 5 de fevereiro de 2021

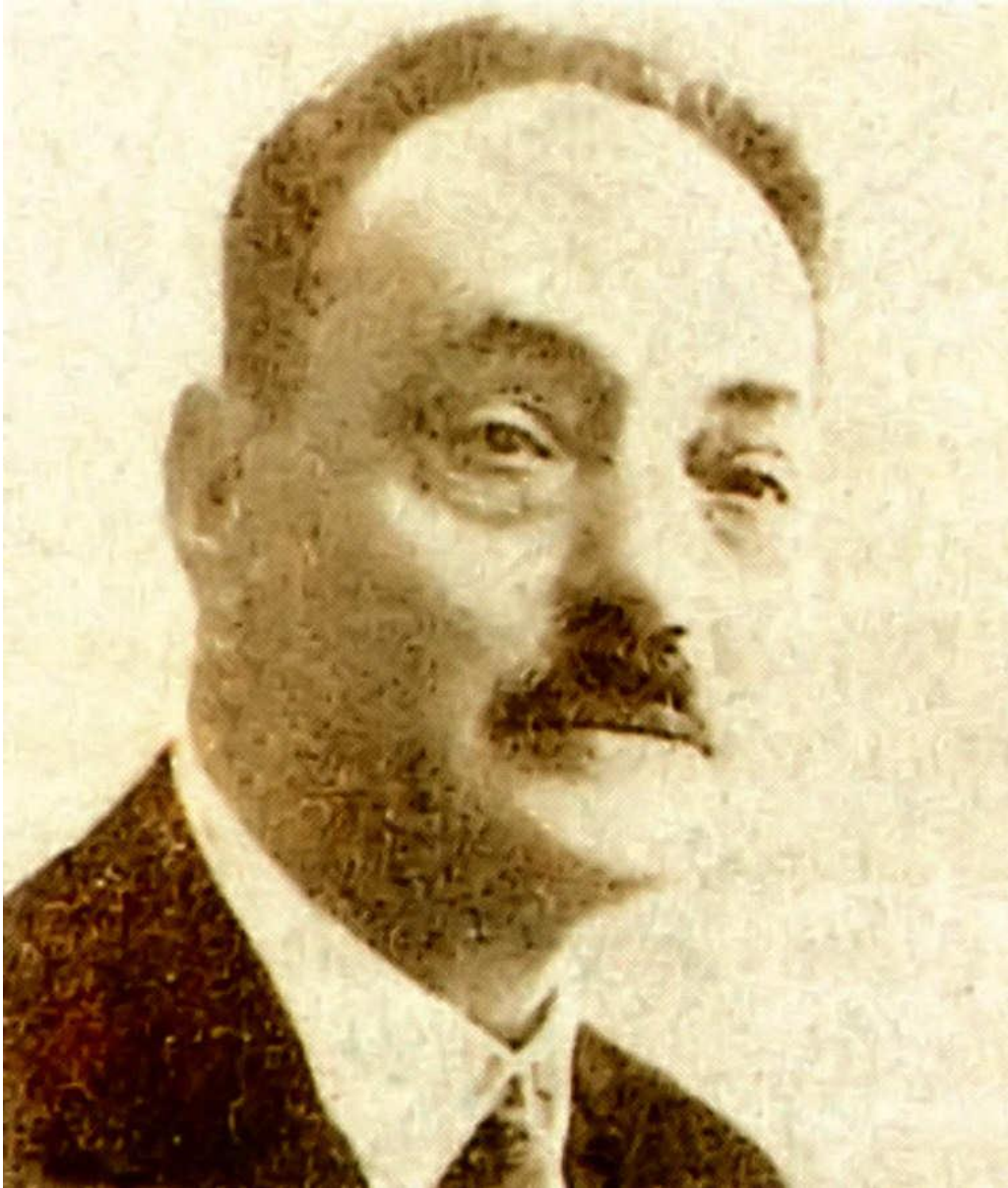
- Anexo E - Gabinete de Estudos Olisiponenses



(Fotografia de João Rocha).

Visita efetuada a 9 de setembro de 2020

- **Anexo F – Agostinho José Fortes**



Fotografia disponível em:

<http://ww3.aeje.pt/avcultur/avcultur/LuisJordao/CadernAlentejo/Caderno04/Imagens/AgostinhoFortes.jpg>

Portal consultado a 5 de fevereiro de 2021